

Cynthia De Filippo Menicucci
Eduardo Menicucci



Desafios da Sustentabilidade nas Bordas do Brasil

Belo Horizonte, abril de 2012



®

Cynthia De Filippo Menicucci
Eduardo Menicucci Ferri Horta



Belo Horizonte, abril de 2012

Catálogo na Publicação (CIP)

M545 Menicucci, Cynthia Maria Brasiel De Filippo
Desafios da sustentabilidade nas Bordas do
Brasil : uma pesquisa sobre as condições de
sustentabilidade nos limites geográficos brasileiros /
Cynthia Maria Brasiel De Filippo Menicucci ;
Eduardo Menicucci Ferri Horta. - Belo Horizonte :
Edição dos Autores, 2012.
61 p. ilustr.

1. Desenvolvimento sustentável 2. Problemas
sociais – Brasil 3. Empreendedorismo - mulheres
I. Horta, Eduardo Menicucci Ferri II. Título

CDD: 363.7



Prefácio

Este relatório de pesquisa dos professores Eduardo Menicucci e Cynthia de Filippo trata de temas importantes para o país. Educação, saúde, justiça, entre outros, do ponto de vista dos cidadãos que moram nas fronteiras do Brasil, em cidades de pequeno porte.

Esse olhar realizado sobre um Brasil quase inexistente para os documentos oficiais e pouco pesquisado nos traz informações importantes sobre um povo abandonado e relegado a sua própria sorte, que depende de si mesmo para sobreviver e crescer como pessoa. Em especial, esse trabalho aprofundou o esforço de mulheres empreendedoras que buscam o sustento de suas famílias através de esforços que não contam com o apoio de nenhum órgão público para desenvolver suas ações.

Por outro lado, o estudo identifica com precisão que o problema dessas comunidades não se trata mais, na maioria dos casos, de infra-estrutura. A maioria delas já possui escolas, postos de saúde, fóruns, transporte escolar, computadores e outros recursos necessários ao bom desenvolvimento de tarefas tão importantes na formação e manutenção de um povo.

Mas o relatório registra que essas infra-estruturas não são dotadas de pessoas em condições de fazê-las funcionar de modo a darem àquelas populações melhores condições de vida e de acesso a serviços básicos. Nesse sentido os professores encontraram escolas sem professores preparados, postos de saúde sem médicos, fóruns sem juízes e computadores sem acesso a internet, ou seja, investimentos realizados que não cumprem com seus objetivos.

Do ponto de vista político essas comunidades são um retrato do Brasil. Políticos que não os representam e estruturas municipais sem a mínima condição de realizarem um trabalho a contento, seja pela falta de condições financeiras nas prefeituras com orçamentos mínimos em função da concentração de recursos na união, seja pela não existência de políticos bem formados.

Esse é um relatório que vale a pena ser lido e estudado. Nele poderão ser encontradas muitas explicações para questões fundamentais desse país continental que precisam de soluções.

Cláudio Bruzzi Boechat – Professor da FDC

José Luiz Orrico – Diretor da Futura



LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1- Os 13 Impostos Cobrados No Brasil, por Esfera Arrecadadora | 5 |
| Tabela 2- Carga Tributária Brasileira | 6 |
| Tabela 3- Despesas da União com Pessoal | 55 |
| Tabela 4- Despesas Públicas por Função e Relação ao PIB – consolidado 2010 | 7 |
| Tabela 5- Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) – IBGE | 10 |
| Tabela 6- Quantidade de Estabelecimentos de Saúde – Brasil | 55 |
| Tabela 7- Amostra por Estados | 14 |
| Tabela 8- Temas e Sub-temas da Pesquisa | 16 |
| Tabela 9- Características dos Entrevistados | 18 |
| Tabela 10- Consolidação das Contas Públicas – Despesas | 20 |
| Tabela 11- Dispersão de Médicos por Estado | 25 |
| Tabela 12- Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio com Acesso à Internet (1999 – 2005) | 57 |
| Tabela 13- Taxa de Frequência Bruta a Estabelecimento de Ensino – Grandes Regiões – 2009 | 27 |
| Tabela 14- Instituições de Ensino Superior por Regiões | 57 |
| Tabela 15- Quantidade de Advogados (com registro na OAB) por Estado | 29 |
| Tabela 16- Acesso a serviços financeiros – Brasil | 31 |
| Tabela 17- CPF's com relacionamento nas IF's | 58 |
| Tabela 18- Proporção de Domicílios com Acesso à Internet | 34 |
| Tabela 19- Condição do Pavimento das Rodovias Brasileiras | 36 |
| Tabela 20- Condições Gerais das Rodovias Brasileiras | 60 |
| Tabela 21- Previsão de Investimentos para a Copa do Mundo FIFA 2014 | 60 |
| Tabela 22- Taxa de Urbanização da População Brasileira | 61 |



LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1- Abrangência dos Temas da Pesquisa | 12 |
| Figura 2- Roteiro Percorrido | 56 |
| Figura 3- Acesso a Medicamentos | 56 |
| Figura 4- Municípios da Faixa de Fronteira | 58 |
| Figura 5- Presença Geográfica do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira | 59 |
| Figura 6- Cidades (capitais estaduais) Sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 | 38 |



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Objetivos | 2 |
| 3. Delimitação do Escopo | 3 |
| 4. Cronologia | 4 |
| 5. Dados de Pesquisa | 4 |
| 6. A Realidade da Sustentabilidade nas Bordas do Brasil | 4 |
| 7. Fundamentação Teórica | 9 |
| 8. Metodologia | 11 |
| 8.1 Temas Primários e Secundários ao Estudo | 11 |
| 8.2 Abrangência dos Temas | 12 |
| 8.3 Universo e Amostragem | 13 |
| 8.4 Instrumento da Pesquisa | 14 |
| 9. Resultados | 16 |
| 9.1 Caracterização | 17 |
| 9.2 Aspectos Políticos | 19 |
| 9.3 Saúde | 22 |
| 9.4 Educação | 26 |
| 9.5 Acesso à Justiça | 27 |
| 9.6 Acesso a Serviços Financeiros | 30 |
| 9.7 Habitação | 33 |
| 9.8 Questões Secundárias | 35 |
| 9.8.1 Faixa de Fronteira | 35 |
| 9.8.2 Condições das Rodovias | 36 |
| 9.8.3 Evento Esportivo de 2014 (Copa do Mundo) | 37 |
| 9.8.4 Percepção sobre mudanças climáticas | 39 |
| 9.8.5 Empreendedorismo Feminino | 40 |
| 10. Considerações Finais | 41 |
| REFERÊNCIAS | 44 |
| APÊNDICE | 46 |
| CITAÇÕES | 54 |
| ANEXOS | 55 |



Desafios da Sustentabilidade nas Bordas do Brasil

*“Um homem precisa viajar.
Por sua conta, não por meio de histórias,
imagens, livros ou TV.
Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para
entender o que é seu.
Para um dia plantar as suas próprias árvores e
dar-lhes valor.
Conhecer o frio para desfrutar o calor.
E o oposto.
Sentir a distância e o desabrigo para estar bem
sob o próprio teto.
Um homem precisa viajar para lugares que não
conhece para quebrar essa arrogância que nos
faz ver o mundo como o imaginamos, e não
simplesmente como é ou pode ser.
Que nos faz professores e doutores do que não
vimos, quando deveríamos ser alunos, e
simplesmente ir ver” (Amyr Klink)*

1. Introdução

O Brasil atravessa o que, economicamente, pode ser considerado o melhor e mais promissor momento desde seu descobrimento. Enquanto grandes países passam graves crises (a exemplo de Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e até mesmo os Estados Unidos, que, pela primeira vez em sua história esteve na eminência de não quitar seus compromissos), o Brasil cresce num ritmo consistente. Além disso, e talvez também o mais importante, galgado este crescimento no mercado interno, que está, cada dia mais, inclusivo. Os programas públicos de distribuição de renda (notadamente o “Bolsa Família”) têm levado cada vez mais brasileiros ao mercado consumidor. Esse ingresso cria uma cadeia produtiva ascendente, pois as empresas necessitam produzir mais, criam mais empregos, o Governo arrecada mais impostos e pode (ainda que em teoria) investir cada vez mais. É o famoso “ciclo virtuoso” do crescimento econômico.

Assim, dos três pilares básicos da Sustentabilidade, o Brasil está se destacando significativamente bem em dois deles, no econômico e no social. No aspecto ambiental estamos avançando a passos largos, conseguindo minimizar os percalços que esse crescimento econômico em outrora provocava, mas ainda aquém do que poderíamos.

Temos assim, dois grandes desafios: o primeiro é adequarmos cada vez mais o crescimento econômico com inclusão social ainda maior, e o segundo, que exigirá muitos debates, é planejarmos o futuro do Brasil, aproveitando essa “janela de oportunidades” e que se faça presente, cada vez mais e de forma mais “natural”, os conceitos de Sustentabilidade na esfera empresarial e, principalmente, pública.

Não podemos perder esse momento ímpar da economia mundial. Todos os agentes desse processo (isto é, os *stakeholder's*) devem contribuir, participar, debater e, ainda



mais, propalar o futuro que efetivamente queremos para nosso vasto território, repleto de oportunidades (e, claro, desafios).

Em busca da sobrevivência e para proporcionar melhor condição financeira para a família, mulheres que criam o próprio negócio têm aumentado. Elas encaram todo tipo de desafio, identificam oportunidades nas mais diferentes áreas e transformam um sonho em um negócio lucrativo.

O investimento nas mulheres é uma forma de reduzir as desigualdades e incrementar o crescimento econômico inclusivo, além de resultar em maior produtividade da força de trabalho, famílias mais saudáveis, bem educadas e em economias e comunidades mais prósperas. Dessa forma, a EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® entrevistou 34 dessas mulheres que simbolizam o desafio do empreendedorismo nacional.

Esse trabalho é o resultado de uma pesquisa-viagem que percorreu (em 36 mil quilômetros) toda a borda brasileira (EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL®), passando pelos quatro pontos extremos do país, conhecendo “*in loco*” a realidade das comunidades que vivem nos mais diversos cantos, abordando a sustentabilidade em suas amplas esferas e o empreendedorismo feminino.

2. Objetivos

A pesquisa teve por essência, de forma ampla, questões demográficas, sociais, econômicas e ambientais das comunidades situadas nas fronteiras do país (tanto orientais – litoral, ocidentais – “Faixa de Fronteira”, setentrionais – região norte do país, e meridionais – sul). Entender efetivamente como essas comunidades vivem (ou “sobrevivem”), como se relacionam com os grandes centros, o que tem de vantagens e quais são suas necessidades.

Desbravar o país, tal qual fez o Marechal Cândido Rondon, identificando como as questões sócio-político-econômicas e ambientais podem ajudar-nos a propor soluções que nos permitam levantar o Brasil do “berço esplêndido” e colocá-lo no pódio do desenvolvimento sustentável que merecemos.

Como manter o crescimento econômico com a inclusão social? Como fazer isto dentro dos limites ecológicos, recuperando biomas devastados? Será que estamos distribuindo a renda ou apenas repassando impostos? Estamos preparando o país efetivamente para deixarmos a alcunha de “em desenvolvimento” para assumirmos papéis de líderes? Como a população recebe saúde, educação, justiça? De que forma se dá a distribuição geográfica do crescimento? O país inteiro está envolvido no processo de crescimento? O Governo (visto aqui em suas três esferas, federal, estadual e municipal) desempenha seu papel de equalizador e incentivador do desenvolvimento? Ele contribui para a solução dos problemas de inclusão social, de incentivo às empresas ou a corrupção pode se tornar um obstáculo? Como vivem e o que fazem as empreendedoras femininas?

Foram pesquisados os temas saúde, educação, habitação (moradia), acesso ao sistema financeiro, acesso à justiça, aspectos políticos (nesse quesito exclusivamente



municipais), percepção da população quanto às mudanças climáticas e, de forma quantitativa, o empreendedorismo feminino.

Os dados trabalhados ampliam o entendimento dos lados econômico, ambiental e social da sustentabilidade, instigam os debates sobre a responsabilidade do Estado, notadamente nos locais mais remotos do Brasil. Ao participarmos presencialmente da vida das pessoas em 397 localidades (entendidas aqui como municípios, vilas, distritos, mormente com menos de 20.000 habitantes), buscamos entender suas necessidades, suas angústias, seus desejos. E, através dessa vivência, aliado ao embasamento teórico, apresentar os problemas mais relevantes e propor ideias para discussões de toda a sociedade, no intuito de que sejam criadas soluções aplicáveis e, ao mesmo tempo, duradouras e factíveis à sustentabilidade do Brasil.

3. Delimitação do Escopo

“Uma longa viagem começa com um único passo” (Lao-Tsé)

Muitos são os desafios da sociedade brasileira no que diz respeito ao país que queremos ter no futuro. Aliás, devemos desde já identificar qual a distância desse futuro. Uma geração? Duas? Ou apenas a próxima eleição municipal?

Quão participativos somos nos desafios existentes para tornarmos o Brasil um “país desenvolvido¹”? Como as empresas participam dos processos decisórios? Quem são as mulheres que enveredam pelo empreendedorismo feminino? Como meros espectadores? Como nós, cidadãos, participamos? Apenas através da obrigatoriedade de escolhermos nossos “dirigentes”?

Viventes (a maioria²) de grandes centros urbanos, pouco conhecemos efetivamente das realidades existentes nos longínquos domínios territoriais brasileiros. Qual impacto nos causam essas populações? Quais benefícios (e malefícios) nós fazemos a eles? Queremos que essas pessoas migrem para as já populosas cidades ou que afastados fiquem? E as empresas? Por que investir em cidades tão afastadas? Ou por que não fazê-lo? Não podemos deixar de considerar os investimentos em curso para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 (que abrangerá 12 cidades) e Olimpíadas 2016. Seriam prioritários esses investimentos? Dos benefícios que esses acontecimentos trarão, qual impacto nas comunidades fronteiriças?

Destarte, a amplitude da pesquisa transpõe conceitos restritos de Sustentabilidade. Porém, não seria possível abordar todos os desafios pelos quais deveremos discutir.

Assim, a pesquisa buscou não apenas apresentar dados técnicos sobre as comunidades das bordas brasileiras, mas *estimular o debate sobre o engajamento de empresas e cidadãos no processo de construção de um Brasil mais justo.*



4. Cronologia

As etapas da pesquisa deram-se nos seguintes períodos:

O Pré-teste foi realizado em novembro de 2010 com oito entrevistados na cidade de São Bartolomeu- MG.

Primeira Etapa (levantamento do roteiro dos dados preliminares e mapeamento dos objetos das entrevistas): de maio de 2009 a novembro de 2010.

Segunda Etapa (pesquisa quantitativa e qualitativa – esta última exclusivamente para Empreendedorismo Feminino): de janeiro a julho de 2011.

Terceira Etapa (tratamento estatístico): agosto de 2011.

5. Dados de Pesquisa

O tratamento estatístico das respostas à pesquisa quantitativa gerou tabelas e gráficos que podem ser solicitados aos pesquisadores.

6. A Realidade da Sustentabilidade nas Bordas do Brasil

A vastidão do território brasileiro, aliado à sua diversidade (tanto social como ambiental) é um dos maiores desafios quando buscamos soluções para a gestão e o controle dos problemas por nós enfrentados. O texto da “Carta da Terra” (um dos precursores do estudo do tema sustentabilidade, de Junho de 2000, acessível através de <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>) enumera quatro princípios amplos (compostos de mais dezesseis questões principais, tendo ao todo sessenta e um itens). Esses itens (aspectos de justiça social e econômica, de democracia e respeito ecológico) estão presentes nesse texto, abordando de forma consistente a essência do tema sustentabilidade. A busca do entendimento de como a sociedade brasileira lida com esses desafios, de que forma os prioriza, como (e se) estão incorporados às atitudes cotidianas (quer de pessoas físicas, quer de empresas e, por que não, da iniciativa pública) habilita esse capítulo a, de forma contundente, discutir o tema.

Em que pese sermos um Estado Democrático de Direito (previsto no preâmbulo da Constituição Federal de 1988 – doravante tratada apenas por CF/88), somos, por outro lado, uma Federação, sub-dividida, atualmente, em 27 Estados, o Distrito Federal e 5.565 municípios (IBGE, 2010). Essa descentralização de poder, se por um lado buscava, conforme a própria Constituição Federal, autonomia administrativa, por outro lado trouxe-nos a fragmentação, tanto política, como social e econômica. Gerir (e mesmo governar) um país com tamanha complexidade exige esforços não apenas dos governantes (também democraticamente escolhidos, via eleições diretas - previstas no Título IV, Capítulo I, Artigo 44 dessa mesma CF/88), como também de todos nós, brasileiros e brasileiras. Exercer nosso papel de cidadãos é algo que, infelizmente (conforme será demonstrado nesse trabalho), está se tornando cada vez menos freqüente.

Além disso, as empresas exercem papel fundamental, complementam (ou unem) as duas pontas da relação Estado e Indivíduo. A escolha de onde investir, como investir, que trabalhadores contratar, de quem comprar (quem serão seus fornecedores) e para quem vender (seus clientes) são decisões que podem alterar o curso de cidades inteiras.

Essa indução às atividades empresariais também encontra-se amparada na CF/88, no artigo 170 (que faz parte do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira), que trata:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;
- VI – defesa do meio ambiente (continua);
- VII – redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII – busca do pleno emprego;
- IX – tratamento diferenciado para as empresas de pequeno porte”

O desembargador Kildare Gonçalves (2009, p. 1.547) explica essa necessidade constitucional alegando que *“dentro do modo capitalista de produção, tais objetivos constituem um desafio, pois tendo o lucro como fator predominante, com a conseqüente acumulação e concentração de riqueza, o sistema capitalista gera gritantes desigualdades sociais, difíceis de serem evitadas sem a intervenção do Estado”*.

Nesse ponto, pois, reside, então, uma das justificativas para a presença, direta ou indiretamente, do Governo (em suas três esferas) no sistema. Afinal, esse mesmo Governo acaba por tornar-se “sócio” das empresas (e, indiretamente, interfere no cotidiano dos cidadãos), ao exercer seu papel de arrecadador.

Como exemplificação dessa relação, enumera-se a seguir os impostos (que são espécies de tributos - há 5 espécies de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios) cobrados por esfera de governo:

Tabela 1 – Os 13 Impostos Cobrados No Brasil, por Esfera Arrecadadora

| Esfera | Impostos (siglas) | | | | | | |
|------------------|--------------------------|----|------|------|------|-----|-------|
| Município | ISSQN | | ITBI | | IPTU | | |
| Estado | IPVA | | ICMS | | ITCD | | |
| União | IPI | IR | Imp | IExp | IOF | ITR | "IGF" |

Fonte: elaboração própria

Já a Tabela 2 apresenta uma síntese da arrecadação federal, por tipo de tributo. Destaca-se, mais uma vez, que a principal fonte de receitas do estado brasileiro advém dos impostos. Esses tributos compõem a famosa “carga tributária” brasileira (que, contrariamente ao alardeado pela mídia, não é a mais alta do mundo econômico).

Tabela 2 – Carga Tributária Brasileira

| Anos | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Valor PIB- R\$ | 1.179.482 | 1.302.136 | 1.477.820 | 1.699.948 | 1.941.498 | 2.147.239 | 2.369.797 | 2.661.340 | 3.031.860 | 3.185.130 | 3.683.800 |
| Arrecadação Tribut.- R\$ | 354.190 | 401.160 | 482.434 | 553.050 | 650.135 | 732.864 | 817.938 | 923.250 | 1.056.650 | 1.095.920 | 1.290.970 |
| Carga Tributária | 30,03% | 30,81% | 32,64% | 32,53% | 33,49% | 34,13% | 34,52% | 34,69% | 34,85% | 34,41% | 35,04% |

Fonte: IBPT Carga Tributária Brasileira de 2010 – www.ibpt.com.br – acessado em 15/08/2011 às 18:42

Sob quaisquer análises que se façam, o importante a destacar aqui a urgência de revermos o montante cobrado via tributos. Um terço de toda a riqueza produzida, em média, é um percentual de países desenvolvidos, que devolvem a arrecadação em prol da sustentabilidade do país, quer seja através de programas econômicos, sociais e mesmo na manutenção (ou recuperação) da área ambiental.

Ainda sob a questão fiscal brasileira (ressalte-se a inércia do Poder Legislativo em tratar da “Reforma Tributária”, emperrada no Congresso Nacional há mais de 10 anos), verifica-se, através da Tabela 3 (anexo), como as despesas com pessoal apresentam crescimento considerável ano a ano (atente-se para os gastos com o Poder Judiciário, que subiram mais de 100% entre os anos analisados e, como se não fosse já assustador, encontra-se em fase final de aprovação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 6.613/2009 que confere reajuste médio de 56% aos servidores deste Poder Judiciário). Nesse quesito Nóbrega (2000, p. 79) é preciso ao afirmar que “o Brasil tem um sistema tributário complexo e distorcido, com impostos em cascata, regimes diferenciados, multiplicidade de alíquotas e instabilidade de regras. O sistema é propício à sonegação, onera a produção e desestimula as exportações”.

Ora, a cobrança desses impostos tem alguns objetivos, dentre eles a manutenção da “máquina pública” (isto é, o funcionamento do Estado), o pagamento de juros e amortização de dívidas, os investimentos públicos (praças, parques, estradas), investimentos em saúde, educação, segurança pública, e vários outros. A esses destinos dos recursos arrecadados dá-se genericamente o nome de Política Fiscal.

Atualmente, no Brasil, os recursos têm sido assim aplicados:

Tabela 4 – Despesas Públicas por Função e Relação ao PIB – consolidado 2010

| Despesa por Função | R\$ mil | % PIB |
|------------------------------|----------------------|---------------|
| Previdência Social | 402.368.244 | 10,95% |
| Educação | 192.771.827 | 5,25% |
| Saúde | 183.321.272 | 4,99% |
| Administração | 78.397.454 | 2,13% |
| Transporte | 57.377.022 | 1,56% |
| Assistência Social | 51.930.891 | 1,41% |
| Segurança Pública | 49.195.127 | 1,34% |
| Judiciária | 41.868.305 | 1,14% |
| Urbanismo | 41.821.873 | 1,14% |
| Trabalho | 33.069.509 | 0,90% |
| Defesa Nacional | 31.858.700 | 0,87% |
| Legislativa | 21.997.764 | 0,60% |
| Agricultura | 21.279.160 | 0,58% |
| Essencial à Justiça | 15.040.810 | 0,41% |
| Saneamento | 13.842.907 | 0,38% |
| Ciência e Tecnologia | 10.146.669 | 0,28% |
| Gestão Ambiental | 9.121.855 | 0,25% |
| Direitos da Cidadania | 7.387.660 | 0,20% |
| Cultura | 7.024.471 | 0,19% |
| Comércio e Serviços | 6.935.007 | 0,19% |
| Habitação | 6.542.108 | 0,18% |
| Desporto e Lazer | 4.728.434 | 0,13% |
| Organização Agrária | 4.422.711 | 0,12% |
| Indústria | 3.554.620 | 0,10% |
| Comunicações | 2.153.787 | 0,06% |
| Relações Exteriores | 1.802.069 | 0,05% |
| Energia | 1.610.776 | 0,04% |
| Encargos Especiais | 960.336.966 | 26,13% |
| Sub-Total | 2.261.907.998 | 61,55% |
| Despesas intra-orçamentárias | 48.209.133 | 1,31% |
| TOTAL GERAL | 2.310.117.131 | 62,86% |

Fonte: adaptado de Balanço do Setor Público

A pesquisa (parte quantitativa) abordou prioritariamente as despesas em amarelo (Educação, Saúde, Judiciária + Essencial à Justiça, Legislativa e Gestão Ambiental) e, secundariamente, as despesas em azul (Transporte, Urbanismo, Defesa Nacional e Habitação).

Constata-se que o Brasil despense significativos recursos à educação e saúde. Porém resta saber: esses investimentos são suficientes? Estão atendendo às necessidades de quem realmente deles precisa? O que nós, enquanto empresas e cidadãos, estamos fazendo?

Mister se faz acompanhar, cada vez mais próximos, os orçamentos públicos que, para Guerra (2007, p. 39) “é um plano de trabalho governamental, expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do governo, estimando as receitas e fixando as despesas para um período de tempo determinado”. Essa definição realça três pontos de suma importância.

O primeiro ponto é que o trabalho governamental resume-se ao ciclo orçamentário (ou seja, arrecadação e gastos) e é composto pela elaboração do orçamento pelo Poder Executivo, com a participação cada vez maior da população e de entidades representativas (os chamados “orçamentos participativos). A seguir dá-se a apreciação e

votação, agora pelo Poder Legislativo. Em seguida vem a execução propriamente dita, basicamente pelo Poder Executivo que “delega” alguns itens aos demais poderes. Por fim existem os controles, exercidos “pelo sistema interno de cada poder” – CF/88, Artigo 70) e, quando externo, sob responsabilidade conjunta do Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas da União (Artigo 71 da CF/88).

O segundo ponto é referente à estimativa de receitas. Essas receitas não podem ser determinadas, apenas estimadas. Conjunturas econômicas fazem com que elas sejam superiores (crescimento econômico) ou inferiores (fruto de crises) ao previsto. É muito importante que acompanhem as estimativas, pois, uma vez super estimadas, podem comprometer o cumprimento do ciclo fiscal. Não se viu, até hoje, no Brasil, subestimação de receitas.

Por fim, existe a fixação das despesas. Contrariamente às receitas, as despesas são previamente (quando da proposição orçamentária) fixadas, determinadas. Assim, quando da aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional, já se sabe onde e quanto será a aplicação dos recursos. Novamente cabe a pergunta: quantos de nós, cidadãos e empresários, participamos desse processo? Afinal, déficit's consecutivos acabam por gerar necessidades cada vez maiores de fontes de receitas (leia-se mais tributos).

Como veremos mais adiante, quando especificarmos as áreas de saúde, educação, defesa nacional e acesso à justiça que existem regras (emanadas através de legislação, abrangente – principalmente Constituição da República, e também de legislação ordinária inferior) para essas despesas. Verificaremos que, embora previstas, essas regras não estão sendo cumpridas (abordaremos aspectos da LFR – Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000).

Assim, urge discutirmos, no âmbito empresarial, formas de controle dessas despesas, *vis a vis* os recentes acontecimentos fiscais em países como Grécia, Espanha, Irlanda, Portugal e Itália (conhecidos como “*PIIGIS*”).

Cabe, porém, uma observação feita por Nóbrega (2000, p. 239), que “o orçamento nunca foi levado a sério no Brasil, muito menos pela classe política, apesar de sua importância para a estabilidade da moeda, o desenvolvimento, a qualidade dos serviços públicos, a distribuição da renda e a democracia”. Complementa esse mesmo autor (2007, p. 242) que “o orçamento da União finalmente desperta o interesse da opinião pública. Embora o motivo seja repugnante, *a corrupção* (grifo nosso), é uma oportunidade para refletir sobre o processo orçamentário no Brasil”.

Segundo Bellen (2006, p. 34) “a sustentabilidade econômica abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada”. Desta forma, entendemos que a sustentabilidade do país, sob a ótica econômica, encontra-se ameaçada, pois nós, brasileiros, pouco fazemos para reverter esse degradante quadro, principalmente fiscal. Por política fiscal Mendes (2004, p. 199) “entende-se a atuação do governo no que diz respeito à arrecadação de impostos (as chamadas receitas públicas) e aos gastos públicos”. Já Mochón (2007, p. 179) é mais explícito, afirmando que “a política fiscal, composta pelos programas de impostos e gastos públicos, é o

estudo da utilização ativa da *intervenção do Estado na atividade econômica* (grifo nosso), a fim de moderar os ciclos econômicos”.

Nas abordagens seguintes, por aspectos pesquisados, a questão fiscal aqui apresentada far-se-á ainda mais nítida, a começar pelo lado político.

7. Fundamentação Teórica

“Num ponto a Bíblia tem toda razão e é contestadora e antiburguesa: deve-se matar um vitelo gordo na volta do filho pródigo. Pois ir é muito mais difícil. Largar tudo, ir embora, desviar pelo mundo, mesmo apenas para constatar que, ao fim e ao cabo, o mundo não vale o seu lar, é extremamente difícil. Pode ser que o outro seja mais confiável, pois ficou no arado, na monotonia, garantindo o sustento dos seus. Ótimo. Mas o pródigo foi lá, viu como é que era e voltou para contar. Tem o direito de engrandecer tudo o que viu, e de mentir sem contestação porque, se traz no alforje o macarrão, o papel e a pólvora, tudo o mais lhe é permitido” (Millôr Fernandes)

Discussões há sobre o quão os países ditos “desenvolvidos” podem influenciar os “em desenvolvimento”, mormente no quesito impactos ambientais, dentro da estrutura da sustentabilidade.

Por já terem atingido citado grau de desenvolvimento, passaram, há mais tempo, pelo processo de penalização de suas terras. Assim, só lhes restam defender (?) as áreas ainda possíveis, que se encontram nos países que almejam o crescimento.

Porém, para atingir tal crescimento, esses países em desenvolvimento têm-se valido, não raras vezes, do uso irracional de suas terras.

Segundo Bivar (2010, p. 23) “reconhecidamente, o crescimento econômico, verificado na ‘era de ouro’ nos países desenvolvidos (décadas de 1950 e 1960) e no ‘milagre econômico’ no Brasil (anos 1970), não foi capaz de promover o desenvolvimento social esperado e parcelas significativas da população permaneceram à margem dos frutos desse crescimento econômico”.

Já sob o ponto de vista econômico, a globalização, ao mesmo tempo que minimiza as discrepâncias entre países, ao tornar transnacionais várias empresas de diversas origens, bem como (e principalmente) o capital, cria um vínculo pouco flexível dos movimentos mundiais de recursos e uma interligação de mercados financeiros praticamente simultâneos.

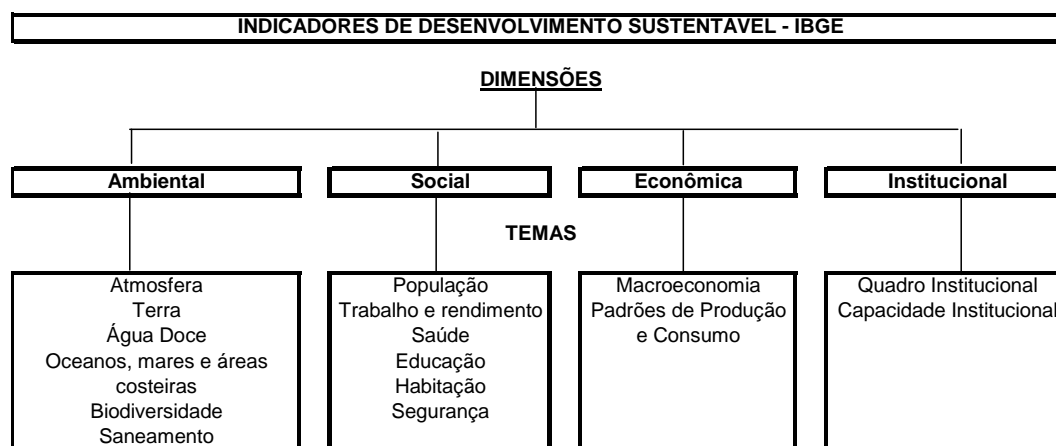
Por último, o caráter social não se dissocia das nuances anteriores. Países em desenvolvimento, ao se descuidarem dos aspectos ambientais, buscam o crescimento econômico, forma esta de aumentar a inclusão social.

Para nós, Brasil, esse imbróglio ainda persiste. Muito progredimos, mas os desafios ainda permanecem enormes. Hobsbawn (2002, p. 418) dizia que “O Brasil pode ter a oitava economia do mundo, devido ao tamanho de seu PNB, e o México a décima sexta, mas em renda per capita estão, respectivamente, em quinquagésimo segundo e sexagésimo. O Brasil continua a liderar a classificação mundial de injustiça social”. Em 2010 ainda somos a oitava maior economia do mundo (em relação ao PIB), e o México a décima quarta (melhora de duas posições), mas a essência da constatação do aspecto social continua, infelizmente a mesma. Avançamos no aspecto social, reduzindo significativamente o percentual da população na considerada “linha da miséria” (que, segundo o Decreto nº 7.492, de 02/06/2011, em seu artigo 2º, parágrafo único, considera-se em extrema pobreza aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 – setenta reais, equivalentes, na época da promulgação deste decreto, a 8,42% da população brasileira), mas ainda somos um país com fortes contrastes sociais. A “distância” entre ricos e pobres continua enorme. E, com ela, as injustiças abordadas pelo professor e historiador citado.

Dentre os vários indicadores de Sustentabilidade das Nações (in Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade, 2007), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publica, desde 2002, o IDS (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável). Segundo tão importante órgão (2008, pág. 10), “nessa nova ótica, a noção de desenvolvimento, por muito tempo identificado ao progresso econômico, extrapola o domínio da economia através de sua integração com as dimensões social, ambiental e institucional, apoiando-se em novos paradigmas”.

São apresentados pelo IBGE sessenta indicadores, divididos em quatro dimensões, compostas, cada uma delas, de temas. A representação deste índice é:

Tabela 5 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) - IBGE



Fonte: IBGE, IDS: 2009

O presente estudo abordará, de forma contundente, as dimensões social, econômica e institucional, em consonância com o IDS do IBGE. A partir desses temas será possível aprofundar discussões sobre:



- Participação da sociedade efetivamente nas decisões sobre as receitas públicas – leia-se tributos e, talvez mais urgente, das despesas públicas (discussão mais aprofundada da “Reforma Tributária”);
- Rediscussão dos modelos de saúde pública (centralização em pólos regionais do atendimento hospitalar);
- Ampliação das parcerias entre a iniciativa privada e o Governo na educação superior (“privatização” do ensino superior, reduzindo a necessidade de investimentos infra-estruturais do Governo e aproveitamento da capacidade instalada da iniciativa privada, mediante políticas públicas – exemplo PROUNI);
- Revisão completa do sistema judiciário brasileiro, que se encontra literalmente saturado, defasado tecnologicamente e incapaz de atender a demanda tanto de empresas como de cidadãos;
- Desenvolvimento de produtos e serviços financeiros que efetivamente não apenas atendam à população, mas que lhe sejam úteis, salutareis e capazes de criar vicissitudes aos participantes;
- Aumento da participação popular nas questões políticas (e não apenas através do voto), com maior acompanhamento das gestões públicas (Federal, Estadual e Municipal) – “Reforma Política”;
- Revisão dos problemas causados no meio ambiente, buscando um contraponto entre a necessidade de desenvolvimento econômico e a capacidade de absorção da terra.

8. Metodologia

1ª Etapa: Levantamento dos temas primários e secundários da sustentabilidade inerentes ao projeto “EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL®”.

8.1 Temas Primários e Secundários ao Estudo

O conhecido e amplo “tripé” da sustentabilidade (questões ambientais, econômicas e sociais). E, em se tratando de Brasil, assume proporções ainda maiores, principalmente pelo tamanho do território brasileiro e sua diversidade.

Este conceito é amplo no Brasil. Boechat e Paro (2007) já afirmavam que “na lista dos desafios fundamentais da sustentabilidade, incluímos alguns temas sociais tradicionais que estão tipicamente associados ao subdesenvolvimento e a um fraco desempenho governamental em suas funções básicas, tais como saúde pública, educação, infraestrutura e habitação”. Os temas acima são objetos para aprofundar este estudo, somados aos que seguem:

- Acesso à justiça;
- Acesso à serviços financeiros;
- Aspectos políticos (municipais), incluindo corrupção;
- Mudanças climáticas; e
- Empreendedorismo feminino.

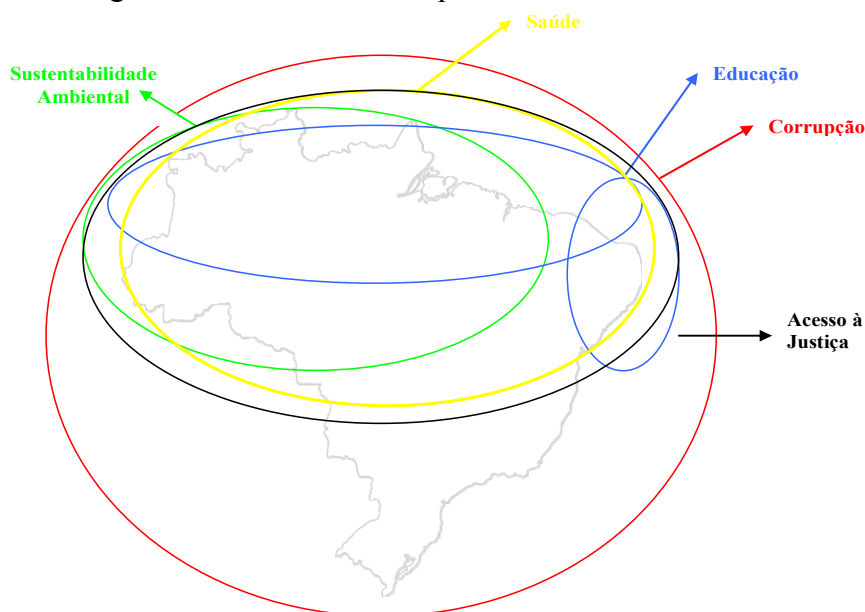
Secundariamente foram pesquisados (sob o aspecto de percepção, principalmente) temas relacionados à faixa de fronteira, às condições das rodovias e aos investimentos para o evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Impossível é, pois, dissociar os temas, tratá-los de forma estanque. Questões climáticas têm relação com, por exemplo, a justiça. A atuação (ou omissão) dos órgãos do Poder Judiciário interferem diretamente na preservação (ou não) da natureza. Ainda, é o Poder Legislativo (aspectos políticos) que propõe, vota e aprova leis cujo cunho terá reflexo imediato também na natureza. O exemplo mais atual (em que pese ter sido iniciado, através do Projeto de Lei 1.876, em 11/11/1999) é o “Novo” Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15/09/1965), que propõe mudanças significativas no manejo ambiental, dividindo sobremaneira “ambientalistas” e “ruralistas”.

Essa relação tem, obviamente, profundo caráter econômico e afetará a sociedade, quer em escala local, quer globalmente.

8.2 Abrangência dos Temas

Figura 1 – Abrangência dos Temas da Pesquisa



Fonte: elaboração própria

Os oito temas pesquisados estão presentes, em maior ou menor grau, por todo o território nacional. A figura 1 acima procura reforçar as eventuais diferenças regionais.

A corrupção permeia indistintamente todos os estados brasileiros, todos os municípios, todas as áreas. É um problema de proporções avassaladoras, que, infelizmente, já se encontra “arraigado” à nossa cultura.

O aspecto ambiental é mais marcante nas regiões centro-oeste e norte, já que as demais regiões já esgotaram suas capacidades, ou seja, o grau de degradação e ocupação do solo pelo setor primário (o conhecido “agronegócio”) já está saturada.

A educação tem seus pontos nevrálgicos nas regiões norte (ali mais até pelas condições físicas do território) e na região nordeste (ali, por percepção dos pesquisadores, por questões “políticas”).

A saúde também está registrada em todo o território nacional, mas nas regiões sul e sudeste apresenta-se “menos pior” que nas outras três regiões. Novamente a região nordeste, em que pese possuir significativo número de estabelecimentos de saúde (conforme Tabela 6 do presente relatório), não é capaz de atender a demanda da população (leia-se aquela que realmente necessita).

Finalmente, o acesso à justiça no Brasil ainda é uma falácia. Unindo desconhecimento, medo e desacreditação (descrença na instituição, verificável através do ICJ/FGV – Índice de Confiança na Justiça, mensurado para Fundação Getúlio Vargas, através do site <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6618> – acessado em 01/10/2011 às 12:06) da população, a justiça praticamente não consegue desempenhar um papel de inclusão social. Por esse índice, o Judiciário ocupa a penúltima posição no grau de confiança da população brasileira (atrás até mesmo do Congresso Nacional), estando a frente, apenas, do Governo Federal.

2ª Etapa: Mapeamento de dados: verificação dos principais aspectos sócio-econômicos das populações que vivem nos limítrofes geográficos do Brasil.

8.3 Universo e Amostragem

Dos 5.565 (IBGE, 2010) municípios brasileiros, 78% têm população inferior a 20.000 habitantes. Destes, 410 estão localizados na região fronteira brasileira (entendendo-se aqui, de acordo com Artigo 20, parágrafo 2º da CR/88 aqueles distantes até 150 km da fronteira – analogia aplicada aos municípios do litoral).

A EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® percorreu, ao todo, 397 localidades brasileiras, em 24 estados (não percorremos DF, GO e TO e não pesquisamos MG por não se localizar na borda brasileira). Por condições de tráfego, percorremos ainda outras 70 localidades em 9 dos 10 países vizinhos (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa – não passamos por Colômbia).

Foram realizadas pesquisas em 277 localidades (69,27% do total de localidades percorridas), de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 7 – Amostra por Estados

| Estado | Quantidade Absoluta | Percentual Amostra |
|-----------------|---------------------|--------------------|
| Rio Grande do S | 35 | 12,64% |
| Maranhão | 24 | 8,66% |
| Santa Catarina | 24 | 8,66% |
| Mato Grosso do | 21 | 7,58% |
| São Paulo | 21 | 7,58% |
| Bahia | 19 | 6,86% |
| Paraná | 18 | 6,50% |
| Ceará | 16 | 5,78% |
| Pernambuco | 15 | 5,42% |
| Acre | 14 | 5,05% |
| Pará | 14 | 5,05% |
| Alagoas | 8 | 2,89% |
| Roraima | 8 | 2,89% |
| Rio Grande do N | 7 | 2,53% |
| Espírito Santo | 6 | 2,17% |
| Amapá | 4 | 1,44% |
| Mato Grosso | 4 | 1,44% |
| Paraíba | 4 | 1,44% |
| Rio de Janeiro | 4 | 1,44% |
| Sergipe | 4 | 1,44% |
| Piauí | 3 | 1,08% |
| Amazonas | 2 | 0,72% |
| Rondônia | 2 | 0,72% |
| Total | 277 | 100,00% |

Fonte: dados primários

8.4 Instrumento da Pesquisa

Os oito grandes temas continuam, no total, sessenta e oito questões (e mais dez para empreendedorismo feminino). Com exceção das entrevistas qualitativas realizadas com trinta e quatro empreendedoras femininas nos vinte e três estados fronteiriços, a pesquisa foi quantitativa, realizada pelos pesquisadores Eduardo Menicucci e Cynthia de Filippo Menicucci através de “*palm-top’s*”. Os dados eram, então, enviados via internet à FUTURA, parceira deste projeto.

De posse desse instrumental, buscamos relacionar os oito grandes itens com os principais desafios da Sustentabilidade brasileira, através de:

- Como se dá o acesso à saúde? O que podemos propor através das respostas obtidas? Quais são os principais agentes envolvidos nessa questão?

- Como é a educação nas localidades? Há escolas? Há faculdades/universidades? A iniciativa privada age aonde? O que pode ser feito?
- Existe justiça nessas cidades? Qual o conceito de justiça? Como a justiça é vista? O que fazer para que a justiça colabore no desenvolvimento do país? Quem são os responsáveis?
- Inclusão financeira: há como disponibilizar acesso a crédito (por exemplo) para toda a população? Estarão os brasileiros preparados para tal?
- Política municipal (pois trata-se da micro-esfera). Como se dá o relacionamento entre a população e o Poder Executivo local? Quem são os agentes dessa relação e o que podemos fazer?
- Mudanças Climáticas: como a população percebe as mudanças climáticas (aqui entendidas, por exemplo, como alterações significativas no efeito das marés, no curso de rios, no ciclo e força das chuvas)? Qual o nível de engajamento das pessoas nesse quesito? São alienadas? Ou defendem posições mais enérgicas quando algum fator externo (por exemplo, a construção de usinas hidroelétricas) pode afetar o meio ambiente onde vivem?
- Empreendedorismo feminino. Quem são as brasileiras empreendedoras que vivem nas cidades que bordeiam o Brasil? O que fazem? Por que são lembradas pelos moradores como mulheres que fazem a diferença no local onde vivem? Será que são tratadas e respeitadas como os homens?

3ª Etapa: Tratamento Estatístico dos Dados. As respostas aos questionários foram tratadas estatisticamente, e, em alguns casos, até mesmo comparadas com dados colhidos pelo IBGE.

Os dados tiveram inicialmente tabulações simples (distribuições percentuais sobre o universo da população). Em alguns casos, para elucidar questões pontuais, houve o cruzamento de informações (por exemplo, quantas pessoas que demandaram a justiça eram homens e quantas eram mulheres).

Houve também mais cruzamento de informações acerca do empreendedorismo feminino, buscando uma melhor compreensão de quem são e por que se tornaram empresárias as mulheres que vivem nas comunidades que bordeiam o Brasil

9. Resultados

Foram feitas sessenta e oito perguntas aos entrevistados (e mais dez quando eram mulheres empreendedoras), conforme abaixo:

Tabela 8 – Temas e Sub-temas da Pesquisa

| Blocos | Tema | Sub-Tema | Nr Questões |
|--------|---------------------------|----------------------------------|-------------|
| I | Caracterização | | 12 |
| II | Educação e Renda | Qualidade da Educação Básica | 9 |
| | | Oportunidade de Trabalho e Renda | 4 |
| III | Aspectos Econômicos | Demografia - Saúde | 8 |
| | | Demografia - Habitação | 9 |
| | | Acesso a Serviços Financeiros | 6 |
| IV | Justiça e Cidadania | Acesso à Justiça | 10 |
| | | Sistema Político | 6 |
| V | Mudanças Climáticas | Mudanças Climáticas | 4 |
| VI | Empreendedorismo Feminino | | 10 |

Fonte: elaboração própria

No Bloco I caracterizaram-se os respondentes (idade, estado civil, se tinha ou não filhos – e quantos, religião, escolaridade, situação no mercado de trabalho e se era ou não empresário – no sentido amplo da palavra).

Já no Bloco II buscou-se averiguar a educação (existência ou não de escolas e faculdades/universidades), bem como as condições de equipagem dessas e dificuldades existentes. Não se perguntou sobre a qualidade dos itens, mas, pelas entrevistas, percebemos ser um grave problema. Ainda nesse bloco, no sub item oportunidade de trabalho e renda confirmamos o bom momento da economia brasileira, haja visto que ofertas de trabalho há (nem sempre com a correspondente “vontade” – ou desejo – de se trabalhar).

O Bloco III (maior) questionou sobre acessos à saúde e aos serviços financeiros, bem como condições de moradia. Emblemática a questão da saúde, pois possui capilaridade, mas, como a educação, falta-lhe muito em qualidade. Já a acessibilidade aos serviços financeiros é enorme. Ressalte-se aqui que não foram pesquisadas apenas a existência de agências bancárias, mas também oferecimento de crédito, nas suas mais diversas modalidades. Por fim, nesse grande bloco, as questões habitacionais, incluindo as condições de habitação.



Já no Bloco IV procuramos identificar como os cidadãos “comuns” vêem a justiça, no amplo sentido de acesso e confiança. Há uma dicotomia entre existência (física mesmo, ou seja, edificações judiciárias – notadamente fóruns) e a acessibilidade. O fato de a justiça estar presente numa localidade não é sinônimo de que a população a utiliza. Aqui também não foram pesquisadas as qualidades destes, nem as razões dos receios na justiça brasileira (em que pese termos tido consideráveis percepções sobre o tema).

O bloco V procurou identificar se as mudanças climáticas tão “drasticamente” divulgadas por algumas mídias são percebidas efetivamente pela população. Há uma significativa distância entre o que a população sente, o que percebe e o que divulga. Por fim, foram entrevistadas (também qualitativamente) 34 mulheres empreendedoras, nos estados por onde a EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® passou. Verdadeiras “guerreiras”, têm histórias de vida e luta suficientes para engrandecer ainda mais esse maravilhoso país.

Para melhor visualização dos resultados, os mesmos serão expostos nos grandes temas, iniciando-se pelo lado político, haja vista os inúmeros reflexos que traz sobre todos os demais itens da sustentabilidade.

9.1 Caracterização

“Na vida o que importa não é o destino; é a viagem” (Anônimo)

As entrevistas eram feitas aleatoriamente, em cidades, vilas e vilarejos que estavam no trajeto percorrido (figura 2). Não havia critério para escolha dos entrevistados. Normalmente eram transeuntes das praças principais desses locais. Dessa forma, foram ouvidas pessoas das mais diversas classes, etnias, condições e situação econômica.

Para melhor visualização do perfil dos entrevistados, apresentaremos sinteticamente os resultados obtidos, inclusive, comparando-os com os dados da população brasileira, obtidos via IBGE (Censo 2010):

Tabela 9 – Características dos Entrevistados

| Características | | EBB | IBGE |
|-------------------------------------|-----------------------------------|------|------|
| Sexo (%) | Masculino | 52,7 | 49,2 |
| | Feminino | 47,3 | 50,8 |
| Faixa etária média (anos) | | 43,0 | 39,0 |
| Estado civil (%) | Casados | 60,6 | 59,2 |
| | Solteiros | 32,1 | 31,0 |
| | Separados | 6,1 | 2,1 |
| Qtdade média filhos (quantidade) | | 3,0 | 3,6 |
| Religião (%) | Católicos | 66,4 | 73,6 |
| | Evangélicos | 13,7 | 15,4 |
| | Espíritas | 3,2 | 1,3 |
| | Nenhuma | 13,7 | 7,6 |
| Escolaridade (%) | Analfabeto + 1o grau incompleto | 44,4 | 49,3 |
| | 1o grau completo + 2o incompleto | 20,6 | 18,3 |
| | 2o grau completo | 16,2 | 13,7 |
| | Superior incompleto | 5,1 | 6,7 |
| | Superior completo | 13,0 | 12,0 |
| Situação no mercado de trabalho (%) | Assalariado com carteira assinada | 20,9 | 16,8 |
| | Empregador / empresário | 20,2 | 17,9 |
| | Empregado precário + autônomo | 37,5 | 44,3 |
| | Aposentado/pensionista + Func Púb | 15,9 | 16,0 |

Fonte: elaboração própria, dados primário e IBGE: Censo 2010

Percebe-se que o brasileiro entrevistado pela EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® é bastante semelhante ao “cidadão comum”: é novo (a diferença de 4 anos entre a pesquisa e os dados do IBGE refere-se a amplitude, haja vista termos estabelecido como idade mínima 16 anos – pela questão política, ou seja, idade mínima para votar), casado e tem, no mínimo, um filho (destes, 73,3% dos homens entrevistados têm filhos, para 67,2% de mulheres). Das mulheres, ¼ têm filhos mas são ou solteiras ou separadas.

Ainda é predominantemente católico (em que pese muitos afirmarem não freqüentar ou mesmo participar de nenhum evento na crença que segue). Importante destacar que evangélicos e não possuidores de nenhuma religião apresentaram a mesma quantidade de respostas (38 pessoas para cada característica).

Entretanto, apenas 1,1% estavam desempregados. Em contrapartida, 104 (37,5%) eram empregados precários (“bicos”) ou autônomos (dadas as condições da pesquisa – realizada nas ruas das cidades – essa condição se referia, por exemplo, a “*motoboy’s*”).

Ainda no quesito trabalho e renda, pesquisou-se o nível de oferta de empregos nas localidades, e o percentual entre alta e média foi de 58,8%. Em 40,4% das localidades a oferta de emprego era baixa. A quase totalidade das ofertas dá-se no setor de comércio e serviços (81,2%), concomitantemente com setor primário (46,9%), já que havia a possibilidade de mais de uma resposta. Complementando, 85,9% das oportunidades de trabalho são equivalentes para homens e mulheres.

Apresentadas as características dos entrevistados, partiremos, agora, para os temas primários e secundários da pesquisa.



9.2 Aspectos Políticos

*“De tanto ver triunfar as nulidades,
de tanto ver prosperar a desonra,
de tanto ver crescer a injustiça,
de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos
dos maus,
o homem chega a desanimar da virtude,
a rir-se da honra,
a ter vergonha de ser honesto” (Rui Barbosa)*

Ao tratar da instrução de uma determinada sociedade, Stiglitz (2003, p. 19) afirma que “ao longo dos anos, minha crença na democracia se fortaleceu, mas, também, minha convicção de que, para ela funcionar, os cidadãos devem entender os problemas básicos com os quais se defrontam nossas sociedades e o modo como funciona seu governo”.

O Brasil tem 5.565 (IBGE: Senso 2010) municípios. Excetuando-se o Distrito Federal, o estado com maior número de municípios é Minas Gerais (853), e o estado com menor número é Roraima, com 15. MG tem área de 586.528km², e o Roraima 224.299 km². Assim, MG possui área 2,6 vezes maior, mas possui 56,8 vezes mais municípios. Qual a razão dessa discrepância?

A CF/88, em seu artigo 18 (parágrafos 3º e 4º) prevê que a criação tanto de novos Estados como de novos Municípios dependem de consulta prévia (plebiscito) às populações diretamente envolvidas. Ressalte-se que essa norma é de 1988, ou seja, não havia antes a necessidade de consulta à população para a criação de novos municípios e estados. Em ambos os atuais casos, é necessária a apresentação de um estudo de viabilidade (econômica?) para sua criação. Serão todos os atuais Estados e Municípios “viáveis” economicamente? Houve alguma fusão (termo previsto na CF/88) desde a promulgação da Carta Magna? Resumidamente: há a real necessidade de tantos Estados (quando da confecção desse Relatório tramitava no Congresso Nacional a PDC 731/00, que trata do plebiscito para a divisão do Estado do Pará em três – 3 – estados, ou seja, a criação de mais dois – 2 – Estados) e Municípios no Brasil? Qual (ou quais) argumento(s) favorável(is)?

Convém destacar que pelo Artigo 29, Inciso IV, alínea a da CF/88, cada um dos 277 municípios pesquisados têm, no mínimo, 9 vereadores (e no máximo 21) e que, conforme esse mesmo artigo, mas no Inciso VI, o “subsídio” (termo adotado pela CF/88 e que significa, em português, salário base, sem acréscimos e/ou gratificações), varia de no mínimo 25% do “subsídio” dos deputados estaduais do respectivo estado até o máximo de 65% (a título de ilustração, o “subsídio” do deputado estadual de MG, em agosto de 2011 é de R\$ 22.292,35 – fonte www.almg.gov.br – acessado em 08/08/2011 às 15:02), ou seja, um vereador em Minas Gerais ganha, no mínimo, R\$ 5.573,84. Se cada município desse Estado de Minas Gerais tivesse a quantidade mínima de vereadores (9), teria-se em MG 7.677 vereadores, a um custo mensal mínimo de R\$ 42.790.369,68 (aproximadamente 78.500 salários mínimos por mês).

Ainda assim, o Artigo 29-A, em seu parágrafo 1º, da CF/88 estabelece: “A Câmara Municipal não gastará mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo o gasto de subsídio com seus vereadores”.

Já os parágrafos 2º e 3º desse referido artigo tipificam como CRIME o descumprimento, por parte do prefeito e do Presidente da Câmara Municipal, do parágrafo 1º, ou seja, gastos superiores a 70% para folha de pagamento.

Ora, a Lei Complementar 101 (conhecida popularmente como “Lei de Responsabilidade Fiscal”) estabelece, em seu artigo 19, Inciso III, que os municípios não podem exceder em 60% as despesas totais com pessoal.

O que se questiona dessas análises é: quantos prefeitos já foram “presos” por descumprir as leis, notadamente a CF/88? Quantos de nós, brasileiros, acompanhamos esses gastos?

Tabela 10 – Consolidação das Contas Públicas - Despesas

Demonstrativo da Execução Orçamentária- Consolidado por esfera de Governo

| DESPESAS (VALORES EMPENHADOS) | 2010 | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | UNIÃO | ESTADOS | MUNICÍPIOS |
| DESPESAS CORRENTES | 901.297.377.508,97 | 436.521.709.888,29 | 255.588.884.551,25 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 183.278.152.059,48 | 197.557.303.124,21 | 125.765.065.277,33 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 122.422.088.807,08 | 15.896.966.145,32 | 4.311.991.718,35 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 595.597.136.642,41 | 222.065.440.618,76 | 124.511.627.555,57 |
| Aplicações Diretas | 391.929.927.837,25 | 132.393.104.046,27 | 115.181.421.202,69 |
| Aposentadorias e Reformas | 163.798.897.768,38 | 28.002.322.616,75 | 6.765.888.325,43 |
| Pensões | 61.932.362.758,57 | 10.566.855.791,09 | 1.529.142.019,41 |
| Benefícios Presidenciais | 72.490.650.858,69 | 449.091.292,49 | 547.060.700,65 |
| Outras | 93.706.016.451,61 | 93.374.831.345,93 | 106.339.310.157,20 |
| Transferências | 202.852.841.455,40 | 87.928.540.483,57 | 8.613.484.385,48 |
| Outras | 814.367.349,76 | 1.743.795.066,92 | 716.921.957,40 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 603.653.788.129,67 | 74.168.823.329,39 | 39.805.060.418,44 |
| INVESTIMENTOS | 53.364.456.958,65 | 49.261.751.636,30 | 32.206.061.912,62 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 36.248.583.089,26 | 9.393.800.723,98 | 1.440.185.276,01 |
| AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA | 514.040.748.071,76 | 15.513.270.967,11 | 6.158.813.229,81 |
| Aplicações Diretas | 514.040.748.071,76 | 15.513.270.967,11 | 6.158.813.229,81 |
| Amortização | 140.603.128.183,54 | 15.180.532.736,47 | 4.519.613.423,70 |
| Refinanciamento | 373.437.619.888,22 | 328.119.322,26 | 1.400.610.243,89 |
| Outras | - | 4.618.906,35 | 238.589.562,22 |
| RESERVA DO RPPS | - | - | 56.331.100,74 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | 26.171.114,75 |
| TOTAL | 1.504.951.165.638,64 | 510.690.533.217,68 | 295.476.447.185,18 |
| SUPERÁVIT | - | 2.073.783.960,79 | 5.121.104.009,15 |

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO- Brasília 2011

A tabela 10 acima mostra as despesas consolidadas dos Governos, por categoria (correntes e de capital, principalmente). Nítido é que as maiores despesas são com pessoal (seguida de pagamento de juros), inferiores à rubrica investimentos.

Uma outra questão que a sociedade brasileira precisa conhecer são as férias dos parlamentares. Enquanto a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) estabelece, em seus artigos 129 e 130, que empregados terão direito a férias de 30 dias corridos (após

12 meses de trabalho ininterrupto), os parlamentares, amparados pela lei maior do país, em seu artigo 57, têm férias (não abertamente chamada assim) de 23 de dezembro a 1º de fevereiro (40 dias) e de 18 a 31 de julho (outros 13 dias, totalizando 53 dias de recesso parlamentar). Quais as justificativas para esses dias de recesso? Visitas às bases eleitorais?

Essas exemplificativas duas questões tratadas acima refletem bastante os resultados das pesquisas realizadas. Foram feitas seis perguntas amplas sob o tema “Sistema Político”. A seguir tem-se a visão dos entrevistados sobre esse importante tema.

A discussão sobre a obrigatoriedade do voto perde cada vez mais força em nossa sociedade, fruto da resignação. Atualmente a cada dois anos comparecemos não voluntária, mas compulsoriamente às urnas para escolher nossos representantes. E, mesmo com esse “volume” de candidatos, a pesquisa revelou que, questionados sobre em quem haviam votado para ocupar prefeitura, incríveis 95,7% (266 pessoas, dentre as 277 entrevistadas) respondiam prontamente lembrarem-se, mesmo já tendo transcorridos três anos do último pleito para chefe do executivo municipal. Isso provou que não há uma “alienação” política, ao menos no que diz respeito aos prefeitos.

Contrariamente, questionados se o atual gestor municipal havia trazido benefícios para a cidade, o percentual de respostas negativas foi bastante alto (62,5% dos entrevistados). Normalmente quando há alguma mudança significativa (e positiva) na qualidade de vida (inauguração de um hospital, reforma de uma praça, construção de quadra poliesportiva, dentre outros), as respostas tendem a ser positivas. Porém, ou há preconceitos arraigados, ou, dada a situação fiscal já descrita, os prefeitos efetivamente nada fizeram que “chamasse a atenção” da população.

Quanto ao gênero do prefeito (a), provavelmente pelos locais percorridos (sugestão de se fazer uma pesquisa de caráter mais político) carregarem ainda um resquício “machista”, 92,4% das respostas foram para prefeitos do sexo masculino. A presença feminina no poder das prefeituras ainda é bastante reduzida, mas em um terço das localidades pesquisadas (65%) há alguma mulher de destaque na política local, quer seja vereadora, vice-prefeita, secretária municipal.

A alienação (ou a falta de vontade, ou ambas) para o acompanhamento das atividades municipais prevalece: 73,6% dos entrevistados (204 respondentes) não sabem o que se passa nos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios. Conversando com os entrevistados, eles se mostravam alheios às propostas analisadas nas Câmaras de Vereadores, não acompanhavam a gestão fiscal do município.

A última questão desse item buscava identificar irregularidades na gestão dos recursos públicos municipais. Talvez também por influência da mídia a resposta positiva a essa questão foram significativos 63,2% dos entrevistados. É um fato preocupante, pois, em que pese a alienação e esse sentimento, nenhum governante municipal foi punido por malversação de recursos públicos ou mesmo gestão fraudulenta. Precisamos, como sociedade que pretende ser sustentável, adotar medidas mais rigorosas de controle,



fiscalização, punição e **recuperação** (grifo nosso) dos recursos desviados/roubados/surrupitados.

Para averiguar até que ponto havia influência externa no desgosto quanto à gestão municipal e à existência de irregularidades, fizemos o cruzamento das respostas destes dois quesitos e as respostas foram: 60% dos entrevistados que afirmaram ter sentido melhorias na qualidade de vida sob a gestão do atual governante municipal acompanham as atividades públicas do município (Prefeitura e Câmara de Vereadores). Dos restantes 40% que afirmaram não ter havido melhorias na cidade sob a atual gestão, 71% não acompanha nada da vida política local.

Inversamente, dos 51% que afirmaram ter ouvido indícios de irregularidade nas prefeituras 67% não acompanham as atividades públicas. Dos 44% que desconhecem suspeitas de corrupção, apenas 23% acompanham as contas e responsabilidades estatais.

Conclui-se daí que, ou a alienação política é tendenciosa, ou a inércia pública provoca a alienação. Cabe a nós, sociedade, aprofundarmos a fiscalização para podermos, efetivamente, cobrar mais de nossos governantes.

9.3 Saúde

“Toda mulher deveria deixar de parir até que toda criança tivesse uma mãe” (Ângela Toledo, BA)

A CF/88, em seu artigo 196 garante que a “saúde é direito de todos e dever do Estado”, assegurando, ainda, “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

De outro lado, a mesma CF/88 invocou, já em sua promulgação, no artigo 198, inciso III, que as ações e serviços públicos de saúde tenham a “participação da comunidade”.

Ora, o Estado já se vê obrigado, pela Lei 8.080/1990 e pela Emenda Constitucional 29 (ainda em análise no Congresso Nacional) a repassar, no caso dos municípios, quinze por cento (15%) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º (popularmente dizendo, os “repasses” de percentuais dos impostos estaduais e federais). Por que, então, ainda conclama a comunidade (que tantos tributos paga) a participarem? De que forma devemos participar?

Por percepção ouvimos o que a mídia propala com tanto vigor: a saúde da população, principalmente a mais carente, precisa de tratamento. Nesse item foram feitas oito perguntas sobre o aspecto saúde aos cidadãos, e apresentadas as seguintes respostas.

Por mais impressionante que possa parecer, em 66,1% das localidades pesquisadas existe a “construção física” de um hospital público, apesar de não termos averiguado a qualidade destes (e nem termos precisado deles). A percepção era de que a grande maioria desses hospitais era “apenas” figura política. Havia a edificação hospital, mas

ora não funcionava por falta de médicos, ora por falta de equipamentos, ora por falta de ambos, e, em muitos casos, além desses dois fatores ainda não havia, sequer, enfermeiros, técnicos de saúde ou equivalentes para operacionalizar os hospitais.

Quando a localidade não possuía hospital público, 44,7% dos respondentes tinham que andar mais de 50 quilômetros para chegar ao atendimento hospitalar público mais próximo. Considerando os locais por onde passamos, e as estradas desses lugares, essa distância poderia levar várias horas para ser percorrida. Se se tratasse de caso de urgência ou emergência, pouco poderia ser feito porque, em muitas cidades pesquisadas, o “melhor hospital era a ambulância” e esta, também várias vezes, ou estava parada (problemas mecânicos e financeiros), ou estava em uso. Pela observação que fizemos perguntamos: por que não se abandona a tentativa de que cada cidade (por menor que seja) ter seu hospital e criem-se pólos, núcleos regionais? Conseguir médicos para exercer a profissão nessas cidades pequenas é tarefa ingrata (por mais que se ofereça, como a estrutura não é satisfatória, praticamente não há profissionais que aceitem o desafio). A discussão de serem fortalecidos os postos de saúde e mesmo o PSF (Programa de Saúde da Família) nas comunidades menores e direcionar os recursos para essas cidades-pólo deve ser intensificada. A situação atual não resolve nem um dos casos: as cidade menores ficam na expectativa (frustrada) de terem um hospital (que não funcionará), terá que enviar seus pacientes às cidades pólo que, atualmente, estão sobrecarregadas, tanto financeiramente como em materiais (humano e estrutural). Urge acertarmos essas discrepâncias.

Para se ter noção da má distribuição dos estabelecimentos de saúde pelo Brasil a Tabela 6 apresentada anteriormente, utilizando os mesmos 2 Estados do item 2 (Aspectos Políticos), quer sejam Roraima e Minas Gerais, alguns itens. Roraima possui 372 estabelecimentos de saúde (entre federais, estaduais, municipais e privados) para uma população de 379.234 habitantes (ou seja, 1 estabelecimento para cada 1.019 habitantes), enquanto MG possui 28.974 estabelecimentos para 18.994.929 habitantes (1 estabelecimento para cada 656 habitantes). Uma diferença de 35%, sem levar em consideração que MG possui acesso fácil e rápido a vários outros estado brasileiros, enquanto Roraima, na época das chuvas, só tem acesso aéreo e o estado mais próximo, Amazonas, também não oferece tantos estabelecimentos de saúde em relação a sua população.

Para suprir a deficiência de hospitais, em 94,6% dos locais pesquisados há postos de saúde. A percepção sentida pelos pesquisadores, entretanto, é que os mesmo minimizam os problemas de acesso à saúde, mas não são suficientes. Na maioria dos locais pesquisados os postos de saúde eram geridos (ou administrados, ou atendidos) não por profissionais ligados à área da saúde (a existência de médicos em postos de saúde é muito pequena – quando muito havia enfermeiros, ou técnicos em enfermagem). Nas raras localidades onde não havia nem posto de saúde, o mais próximo ficava a no máximo 20 quilômetros de distância (para 60% das 15 respostas obtidas nesse item).

Em 242 localidades (das 277 pesquisadas) há farmácias. Não foi pesquisada a qualidade da farmácia, ou seja, se era gerida por farmacêutico (ou responsável técnico devidamente qualificado e autorizado). Numa determinada localidade do estado do Pará

onde, por curiosidade, fomos conhecer a farmácia local, verificamos limitadíssimo estoque de medicamentos (e somente os “básicos”- para se ter uma ideia, havia apenas 2 qualidades de anticoncepcionais).

Em que pese haver postos de saúde em praticamente todas as localidades percorridas, bem como farmácias, para a maioria (70,8% dos entrevistados, ou 196 pessoas) a distribuição gratuita de medicamentos é uma utopia. Todos eles, quando precisam, vêm-se obrigados a adquirir medicamentos com recursos próprios. A figura 3 demonstra a dependência das classes menos favorecidas na distribuição pública de medicamentos, bem como sua necessidade. A lacuna existente nas duas classes inferiores da escala econômico-social é muito grande. Obviamente essa falta de medicamentos pressiona o sistema de saúde, encarecendo-o ainda mais. Em 44% das localidades onde não havia farmácias 28,5% dos respondentes utilizavam-se da distribuição pública de medicamentos. E os demais 71,5%? Ficavam sem remédios? Ou tinham que deslocar-se à procura de um dever do Estado?

Complementarmente às questões anteriores, verificamos a existência de médicos particulares nas localidades. Primeiramente cabe destacar a opção de se questionar existência de médicos particulares. Via de regra, onde há hospitais públicos e/ou postos de saúde há médicos que atendem através do Estado. Daí a necessidade de sabermos se médicos aceitam desafios de interiorizarem-se. E significativos 128 localidades entrevistadas contavam com médicos particulares (46,2%). Em outros 149 locais não havia médico particular, mas o índice apresentado pode ser considerado muito bom. Uma correlação obtida pela pesquisa foi de que em 64% das localidades onde havia médico particular, em apenas 12% havia hospital público, ou seja, a medicina particular está buscando complementar a saúde pública.

A tabela 11 abaixo mostra a dispersão geográfica de profissionais de saúde (especificamente médicos) pelo Brasil. A grande questão que decorre desse percentual é: será que os entrevistados teriam condições de se consultarem com esses profissionais?

Tabela 11 – Dispersão de Médicos por Estado

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | RECURSOS HUMANOS - MÉDICOS | | | MÉDICOS POR 1.000 hab | | |
|----------------------|----------------------------|----------------|---------|-----------------------|----------------|-------|
| | QUANTIDADE | | | | | |
| | ATENDE SUS | NÃO ATENDE SUS | TOTAL | ATENDE SUS | NÃO ATENDE SUS | TOTAL |
| Distrito Federal | 4.833 | 2.504 | 7.337 | 1,88 | 0,97 | 2,85 |
| Rio de Janeiro | 25.355 | 9.621 | 34.976 | 1,59 | 0,60 | 2,19 |
| São Paulo | 57.665 | 27.256 | 84.921 | 1,40 | 0,66 | 2,06 |
| Rio Grande do Sul | 15.392 | 4.204 | 19.596 | 1,44 | 0,39 | 1,83 |
| Espírito Santo | 4.262 | 1.971 | 6.233 | 1,21 | 0,56 | 1,77 |
| Minas Gerais | 24.131 | 7.618 | 31.749 | 1,23 | 0,39 | 1,62 |
| Santa Catarina | 7.126 | 2.483 | 9.609 | 1,14 | 0,40 | 1,54 |
| Paraná | 11.411 | 3.846 | 15.257 | 1,09 | 0,37 | 1,46 |
| Mato Grosso do Sul | 2.789 | 588 | 3.377 | 1,14 | 0,24 | 1,38 |
| Goiás | 6.690 | 1.361 | 8.051 | 1,11 | 0,23 | 1,34 |
| Sergipe | 2.171 | 394 | 2.565 | 1,05 | 0,19 | 1,24 |
| Pernambuco | 8.612 | 2.065 | 10.677 | 0,98 | 0,23 | 1,21 |
| Rio Grande do Norte | 3.157 | 577 | 3.734 | 1,00 | 0,18 | 1,18 |
| Roraima | 495 | 16 | 511 | 1,10 | 0,04 | 1,13 |
| Paraíba | 3.597 | 667 | 4.264 | 0,95 | 0,18 | 1,13 |
| Mato Grosso | 2.357 | 845 | 3.202 | 0,78 | 0,28 | 1,05 |
| Alagoas | 2.751 | 416 | 3.167 | 0,88 | 0,13 | 1,01 |
| Acre | 698 | 31 | 729 | 0,95 | 0,04 | 0,99 |
| Bahia | 11.462 | 2.466 | 13.928 | 0,82 | 0,18 | 0,99 |
| Tocantins | 1.233 | 130 | 1.363 | 0,89 | 0,09 | 0,99 |
| Ceará | 6.311 | 1.410 | 7.721 | 0,75 | 0,17 | 0,91 |
| Amapá | 568 | 35 | 603 | 0,85 | 0,05 | 0,90 |
| Rondônia | 1.143 | 244 | 1.387 | 0,73 | 0,16 | 0,89 |
| Amazonas | 2.728 | 323 | 3.051 | 0,78 | 0,09 | 0,88 |
| Piauí | 2.427 | 195 | 2.622 | 0,78 | 0,06 | 0,84 |
| Pará | 3.875 | 841 | 4.716 | 0,51 | 0,11 | 0,62 |
| Maranhão | 3.162 | 539 | 3.701 | 0,48 | 0,08 | 0,56 |
| TOTAL | 216.401 | 72.646 | 289.047 | 1,13 | 0,38 | 1,52 |

Fonte: Ministério da Saúde- Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil- CNES

Para completar o quadro de oferta de saúde, em 74,0% das localidades pesquisadas (205) há o eficaz Programa de Saúde da Família (PSF). Observe-se que em 4,7% das localidades os respondentes não sabiam responder se havia ou não esse programa, enquanto em 21,3% das áreas pesquisadas (59) não havia o PSF. Mas há de se observar que nas localidades das regiões norte e nordeste a presença de PSF é mais forte, indicando uma boa gestão desse programa, visando justamente quem dele mais necessita. Além disso, por ser um programa preventivo, os reflexos financeiros aos cofres públicos são altamente benéficos. Há ainda os benefícios psicológicos aos usuários/atendidos, pois, além de demandarem menos atendimentos médicos interventivos, sentem-se mais amparados pelo Estado.

A questão da saúde é assunto rotineiro nas discussões sobre sustentabilidade. É uma das bases do progresso de qualquer nação. Sua acessibilidade é, além de dever do Estado, direito irrevogável de todos. Novamente, talvez o volume de recursos destinados à saúde não seja o “único” problema. A gestão desses recursos, a enumeração de prioridades e de oferta do serviço público de saúde são assuntos que devem ser mais debatidos, principalmente pelas empresas privadas (que, através dos tributos, pagam essa obrigação estatal), bem como por nós, cidadãos.

9.4 Educação

“Todo mundo pensando em deixar um planeta melhor para nossos filhos. Quando é que pensarão em deixar filhos melhores para nosso planeta?” (Anônimo)

Também a educação encontra seu mais importante amparo na Carta Magna, em seu Título VIII (Da Ordem Social), especialmente em seu Artigo 205, que diz “A Educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”.

Aqui os parlamentares estabeleceram investimentos mínimos na área, conforme artigo 212 da mesma CF/88, a saber, “nunca menos de 25% da receita resultante de impostos” (no caso de municípios).

Para verificar a situação da educação nos locais por onde a EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® percorreu foram feitas 9 perguntas, tendo sido obtidos os resultados a seguir expostos.

Das 277 entrevistas realizadas, a resposta positiva à existência de escola pública (independente de ser municipal, estadual ou federal) foram de surpreendentes 265 (95,7%). Ou seja, na quase totalidade das cidades, vilas e distritos percorridos há a instalação física da escola pública. Novamente não foi pesquisada a qualidade destas

Quanto às condições estruturais das escolas, as percepções também foram bastante positivas, como, por exemplo, afirmar a existência de biblioteca em 92,5% das escolas pesquisadas.

Em 86,4% das escolas há sala de informática e em 74% das respostas (196) havia também acesso à internet, ou seja, poucas são aquelas em que o computador ainda não acessa a rede mundial de computadores. (Ressalte-se também que 12,1% dos respondentes não souberam responder se havia ou não sala de informática nas escolas públicas). Interessante salientar que presenciamos, na Aldeia Raposa Serra do Sol, na cidade mais ao norte do país (Uiramutã, no estado de Roraima), sala de informática com 5 computadores novos, equipamento de acesso à internet. Somente não estavam funcionando porque não havia nenhum professor ou residente na aldeia habilitado a operá-los. A tabela 12 (anexa), defasada em relação a esta pesquisa, demonstra o avanço na “inclusão digital” de nossas crianças e adolescentes que frequentam escolas públicas.

Quanto ao gênero dos professores (historicamente feminino), a realidade atual é que menos de 50% são mulheres (47,2%). 30,2% dos respondentes não souberam precisar se havia a mesma quantidade de professores homens e mulheres, ou se um gênero prevalecia sobre o outro.

Uma questão que muito nos impressionou positivamente foi a de que em 86,3% dos locais pesquisados há transporte público escolar gratuito. Nos mais longínquos rincões do Brasil encontramos esse incentivo ao estudo, inclusive, escolares “aquáticos” (sim,

barcos escolares navegando nos rios da região norte – amazônica – do país). Donde se constata que há possibilidade de que o “sistema” funcione. Esse transporte, aliado à necessidade de frequência mínima para a manutenção do “Programa Bolsa Família” fazem com que a taxa de comparecimento às escolas para jovens entre 6 a 14 anos seja bastante alta, caia um pouco nos jovens até 17 anos e despenque na juventude em idade de cursar o terceiro grau (dados constantes na tabela 13 abaixo).

Tabela 13 – Taxa de Frequência Bruta a Estabelecimento de Ensino – Grandes Regiões - 2009

| Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas | Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%) | | | | | |
|---|---|-----------------|-------------|--------------|--------------|-----------------|
| | Total | Grupos de idade | | | | |
| | | 0 a 5 anos | 6 a 14 anos | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 anos ou mais |
| Brasil | 29,8 | 38,1 | 97,6 | 85,2 | 30,3 | 5,1 |
| Norte | 35,1 | 28,1 | 96,2 | 83,8 | 33,9 | 7,2 |
| Nordeste | 32,9 | 38,4 | 97,4 | 84 | 30,6 | 5,9 |
| Sudeste | 27,5 | 42,6 | 98,1 | 87,8 | 29,1 | 4,4 |
| Sul | 27,5 | 36,8 | 97,5 | 82,9 | 30,2 | 4,4 |
| Centro-oeste | 29,9 | 32 | 97,6 | 83,3 | 31,8 | 5,4 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009

Infelizmente não havia curso superior em 2/3 das localidades pesquisadas. Naquelas onde havia faculdade e/ou universidade, 15,5% eram públicas. A tabela 14 (anexa) mostra o grau de concentração das unidades de ensino superior nas regiões sudeste (principalmente) e sul do país. Para quem reside nessas localidades desprovidas de curso superior, a faculdade mais próxima fica a, no mínimo, 50 quilômetros de distância.

9.5 Acesso à Justiça

“A democracia moderna é constituída por quatro poderes: o legislativo, o executivo, o judiciário e o dinheiro. Sendo que este funciona junto com todos os outros e pode funcionar sem nenhum dos outros” (Millôr Fernandes)

No Brasil, o Poder Judiciário representa o Estado trabalhando para o Estado e, simultaneamente, contra este mesmo próprio Estado. O maior demandante do judiciário brasileiro é o próprio estado. Dessa forma, cidadãos e empresas, ao “disputarem” espaço num já moroso sistema, deparam-se com empecilhos e motivos desanimadores o suficiente para afastá-los de seus direitos.

O desembargador Rogério Lima, do TJMG, afirma que “a triste realidade de Justiça brasileira é o favorecimento aos governos, empresas e cidadãos endinheirados. As enferrujadas leis de processo permitem um sem número de manobras que atrasam o final de uma demanda. É irracional e inverossímil a quantidade de recursos permitidos aos tribunais superiores. A decisão de um juiz de primeira instância nada vale. É só figuração” (2010, p. 51).



Nesse quesito também a CF/88 é suprema ao defender, através do Artigo 5º, inciso LXXIV que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (complementada pela Lei 1.060/1950).

Mesmo com todo esse arcabouço jurídico-legal, a sensibilidade da população face ao Poder Judiciário não é boa, como se depreende a seguir.

Mais da metade dos respondentes (55,2%) não conhecem seus direitos mínimos (de consumidor, cidadão ou trabalhador, por exemplo), mesmo que em 154 localidades (55,4%) exista instalações físicas da Justiça (Fórum, Defensoria Pública ou Ministério Público), normalmente o Fórum (e, ainda mais normalmente, o prédio público mais imponente das localidades).

O acesso físico à justiça (isto é, a existência de um Fórum ou unidade de Defensoria Pública ou mesmo do Ministério Público) é algo que está se facilitando no Brasil. Nas localidades onde não havia instalação física, 19,2% dos respondentes tinham que se deslocar até 20 quilômetros para chegar a uma unidade do Judiciário brasileiro; 39,2% deveriam deslocar entre 21 e 50 quilômetros e 41,7% deveriam andar mais de 51 quilômetros.

Praticamente 70% dos entrevistados não têm acesso a nenhum tipo de documento ligado ao Direito (sequer CDC – Código de Defesa do Consumidor, exigência legal em estabelecimentos comerciais), mesmo com essa quantidade de Fóruns existentes nas localidades. Dos 30% que têm acesso a algum tipo de documento legal, grande parte eram estudantes que sabiam da existência de exemplares em seus locais de estudo.

Com toda essa pretensão de se levar a “justiça” à população, já há em 62,1% das localidades pesquisadas advogado particular (sendo que em 91% das cidades onde há Fórum há também a existência do advogado particular). A tabela 15 a seguir mostra a quantidade de advogados (com registro de ordem nas OAB’s estaduais) por estado. Cabe ainda a constatação de que o Brasil está na 3ª posição entre países com o maior número de advogados por habitantes (DIANA, 2011). Verifica-se que não é a quantidade, e sim a dispersão geográfica um dos motivos da dificuldade de a população fazer valer efetivamente seus direitos.

Tabela 15 – Quantidade de Advogados (com registro na OAB) por Estado

| Seccional | Advogados | Hab/Adv |
|--------------|----------------|---------|
| MA | 4.966 | 1.213 |
| AM | 3.966 | 798 |
| CE | 10.556 | 756 |
| PA | 9.521 | 717 |
| RR | 541 | 701 |
| PI | 4.666 | 638 |
| PB | 5.599 | 637 |
| RN | 4.798 | 617 |
| AL | 4.889 | 610 |
| BA | 22.497 | 608 |
| SE | 3.220 | 601 |
| TO | 2.313 | 553 |
| PE | 15.583 | 534 |
| AP | 1.100 | 521 |
| RO | 3.159 | 477 |
| MT | 7.057 | 390 |
| ES | 9.402 | 357 |
| MS | 7.223 | 309 |
| SC | 18.700 | 309 |
| AC | 2.096 | 307 |
| GO | 18.776 | 293 |
| MG | 67.249 | 282 |
| PR | 38.419 | 264 |
| RS | 44.108 | 243 |
| SP | 225.363 | 177 |
| RJ | 114.880 | 132 |
| DF | 18.519 | 123 |
| TOTAL | 669.166 | |

Fonte: <http://www.oab.org.br/relatorioAdvOAB.asp> acesso em 14/07/2011 às 14:54

Algumas observações importantes se fazem necessárias sobre esse aspecto:

- Por que o estado do Maranhão apresenta a relação habitantes por advogados tão discrepante dos demais estados (a média de habitantes por advogado, no Brasil, é de 488);
- Por que, inversamente à questão anterior, há “tantos” advogados no estado do Rio de Janeiro?
- A distribuição geográfica de advogados é o que o país necessita?

A combinação da existência de unidade do Judiciário com de advogados particulares estimula a consulta a estes últimos: 60% dos entrevistados disseram já ter procurado tal profissional ao menos uma vez.

Entretanto, mesmo tendo acesso a documentos, acesso ao Judiciário (fisicamente) e a advogados particulares, apenas 89 (dos 277 entrevistados) – 32,1% já tiveram algum tipo de demanda judicial. É um percentual baixo, se pensarmos que ao menos alguma relação de consumo praticamente todo brasileiro maior de 16 anos (perfil da pesquisa) já deve ter tido. Ainda, se com esse baixo percentual a “justiça” brasileira já é tão morosa, imaginemos se esse número aumentasse hipotéticos 25% (para 111 brasileiros ou brasileiras). O que aconteceria com o Judiciário, com o prazo de julgamento (definitivo) das demandas?

Das 89 pessoas que responderam já haver utilizado a justiça (42 delas mulheres), 71 delas tiveram ações na área cível. Três respondentes já haviam sido presos (área penal) e os 15 restantes tiveram demandas trabalhistas. (Para os especialistas em direito essa questão é muito ampla, pois permitia apenas essas três respostas possíveis: cível, trabalhista e penal).

Um cruzamento interessante de respostas, obtido através da percepção dos entrevistadores, foi de que, das 42 mulheres que demandaram a justiça, 35 delas (82,5%) tiveram demandas cíveis, relacionadas à área de família (“pensão alimentícia”). Atualmente já há processo de separação consensual através dos cartórios, o que deve diminuir essa demanda judicial e, de certa forma, “desafogar” um pouco o Judiciário brasileiro. Outras iniciativas como essa deveriam ser seguidas, em outras áreas do Direito.

Por fim, nessa questão de cidadania, na grande maioria dos locais percorridos era possível a obtenção de documentos (por exemplo, RG, Carteira de Trabalho e CPF): 75,5%, ou seja, o Estado, nesse aspecto, promove a inclusão social e jurídica de forma bastante proveitosa.

9.6 Acesso a Serviços Financeiros

“Aqui no Brasil os prédios de bancos são muito poderosos, ostentam muito quando, na verdade, a única coisa que deveria ser bem segura no banco é o cofre” (Luiz Inácio Lula da Silva)

Normalmente se confunde esse tema com “possuir conta corrente”. Entretanto, não é necessário “apenas” bancos (via de regra bancos comerciais ou múltiplos, com carteira comercial, que são aqueles, pela legislação vigente no Brasil – basicamente a Lei 4.595, de 31/12/1964). O acesso a serviços financeiros é ofertado por outras vias, principalmente as financeiras (SCFI – Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento), as administradoras de cartões de crédito, cooperativas de crédito, sociedades administradoras de consórcios, SCI (Sociedades de Crédito Imobiliário) e APE (Associação de Poupança e Empréstimo), bem como todas integrantes do segmento de seguros e previdências (Sociedades Seguradoras, Sociedades de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Privada).

Dessa forma, para a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) “bancarização não se confunde com existência de conta corrente. Bancarização é o nível de acesso a serviços financeiros e o grau de uso desses serviços financeiros”. Um correspondente bancário, ao receber em seu caixa uma conta para ser paga, já executa o papel de serviço financeiro.

No atual estágio econômico brasileiro, com intensa utilização de tecnologia (em avançado estágio, por exemplo, já se encontra a tecnologia móvel – “e-banking”), torna-se praticamente impossível ficar alijado desse processo de inserção financeira.

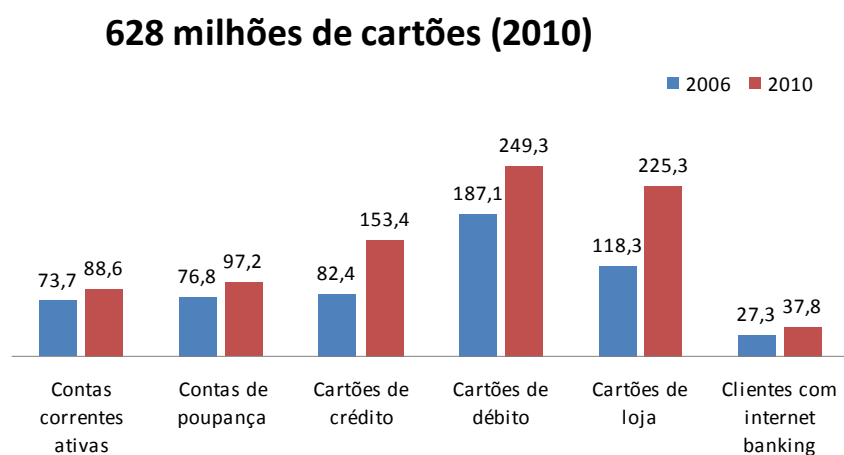
Chama-nos a atenção (e isso também pode ser objeto de outro estudo) os produtos (principalmente) ofertados no SFN (Sistema Financeiro Nacional). Por termos a taxa básica de juros mais alta do mundo (a SELIC), os produtos, que dela tem sua base de precificação, são extremamente caros aos usuários finais, principalmente os com menores conhecimentos financeiros. Daí, ao invés de ser um fator positivo de sustentabilidade, torna-se um aprofundador das discrepâncias sociais.

Porém, para primeiro entendimento deste acesso, foi a seguinte a abordagem.

O processo de “bancarização” na economia brasileira é fato: em 75,8% das localidades percorridas já há agência bancária. Segundo a própria Febraban, “a capilaridade e amplitude da rede bancária e sua presença junto à população é importante fator de disseminação de novas culturas e de educação financeira” (Febraban, Banco e Desenvolvimento Sustentável, junho de 2011).

Apesar da existência de agências bancárias, 66,9% dos entrevistados não possuem conta em banco, apesar de tabela 16 a seguir mostrar que já há quase 90 milhões de contas correntes ativas em bancos. Isso não significa que existam 90 milhões de CPF’s (cadastro de pessoa física da Receita Federal) correntistas (há pessoas físicas com mais de uma conta corrente). Dados do Banco Central do Brasil indicam que aproximadamente 51% da população brasileira (entenda-se civilmente capazes) já possuem conta corrente em bancos. A diferença obtida pela EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® refere-se, uma vez mais, ao trajeto realizado (a região nordeste, por exemplo, tem apenas 36% de correntistas entre a população).

Tabela 16 – Acesso a serviços financeiros – Brasil



Fonte: FEBRABAM e ABECS

Ainda sob o quesito abrangência geográfica do acesso a serviços financeiros verificou-se que em 238 localidades pesquisadas há a figura do correspondente bancário (regulamentados através da Resolução 2.707, de 30/03/2000 do Banco Central do Brasil), complementando a existência de agências bancárias ou mesmo (e principalmente) suprimindo a falta delas. Correspondentes bancários são empresas não financeiras que prestam, dentre outros, os seguintes serviços: recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósito à vista, a prazo e de poupança; recebimentos e pagamentos relativos às contas citadas anteriormente, bem como aplicações e resgates de fundos de investimentos; recebimento e pagamento de convênios de prestação de serviços (como, por exemplo, concessionárias de água e esgoto, de energia elétrica, de telefonia); recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e financiamentos, bem como análise de crédito e cadastro (recentemente a CEF – Caixa Econômica Federal começou a utilizá-los para agilização do programa residencial “Minha Casa Minha Vida”, que será tratado no item Habitação, do presente relatório) e, ainda, execução de cobrança de títulos.

Por outro lado, a existência de agentes financeiros nas localidades não significa acesso a crédito. Apenas 51,3% (142 versus 182) conseguem dinheiro emprestado sem ser com familiares, ou seja, ou em instituições financeiras (diretamente), ou através do comércio (como, por exemplo, redes de eletrodomésticos). Dentre os motivos para essa exclusão financeira, ressaltamos a falta de documentação mínima (CPF, RG e comprovante de residência) e, principalmente (em virtude do percentual de respondentes que não possuem registro profissional), de comprovação de renda.

Dos respondentes que possuem acesso a crédito sem ser com a família, 84,5% dos entrevistados (120) conseguem diretamente com o banco. Completam a oferta de crédito lojas que ofertam CDC (Crédito Direto ao Consumidor), com 69,7%, cooperativas de crédito (6,3%) e outras fontes (por exemplo, agiotas). Esta questão poderia ter múltiplas respostas. A tabela 17 (anexa) complementa a visão da oferta de crédito no Brasil, informando que existem mais de 115 milhões de brasileiros e brasileiras com algum relacionamento com instituições financeiras (novamente, não apenas bancos).

Quanto à modalidade de crédito, a mais ofertada é o cartão de crédito (66,9%), seguido do CDC (65,5%) e cheque especial (59,2%). Completam a lista crédito consignado (23,9%, tendo em vista que 20 respondentes eram funcionários públicos) e outra fonte de crédito com 31,7%. Nessa questão também era possível mais de uma resposta. Interessante observar, na mesma tabela 16, que existem emitidos e ativos no Brasil quase 154 milhões de cartões de crédito (ou seja, a relação seria de 1 cartão para cada 0,8 brasileiros(as)). Obviamente, há pessoas com mais de um cartão, mas mesmo assim a quantidade de plásticos emitida é bastante alta.

9.7 Habitação

“Evite lançar raízes. Tolhem seus movimentos”
(Max Gunther)

Procuramos, nesse item, verificar as condições gerais de moradia dos habitantes das bordas do Brasil. Habitantes os pesquisadores da 5ª maior capital do país (Belo Horizonte), alguns critérios nos eram nítidos (por exemplo, registro em Cartório de Imóveis da residência particular). Outros, por sua feita, eram mais flexíveis, por exemplo, o conceito de favela, que, para Aurélio é “conjunto de habitações populares, em geral toscamente construídas e usualmente deficientes de recursos higiênicos”. Já para a agência das Nações Unidas (*UN-HABITAT*) “é uma área degradada de uma determinada cidade, caracterizada por moradias precárias, falta de infraestrutura e sem regularização fundiária”.

De qualquer forma, buscávamos informações básicas sobre as 397 cidades, vilas e distritos por onde a EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® passou. A visão que tivemos é destacada a seguir.

Em que pese os pesquisadores termos os conceitos do que é favela, não houve interferência explicativa aos entrevistados. Assim, independente da visibilidade (se em morro, por exemplo, como costumam ser as favelas da região sudeste), as respostas eram livres. Para 67,5% dos entrevistados suas localidades não possuíam favelas. O que verificamos é que “assentamentos” (principalmente) não são considerados como favelas, bem como construções muito simples, mesmo que com falta de saneamento básico (também na maior parte das vezes de rede elétrica).

Dado que, para 2/3 dos entrevistados não havia favelas nas localidades, praticamente a mesma proporção (62,5%) responderam que onde moravam havia saneamento básico. Os 36,5% das localidades que responderam não haver saneamento básico podem ser explicados, novamente, pelo trajeto percorrido. Ainda encontra-se em muitos lugarejos fossas sépticas, esgotamento sanitário precário (construídos pelos próprios moradores, sem apoio – ou responsabilidade – público). O planejamento (ou falta de) e as prioridades dos governos municipais ainda permitem que tantos locais ainda sejam desprovidos deste item, que, ausente, acarreta tantas outras mazelas (doenças, no mínimo, infecto-contagiosas). Urge que cobremos dos governantes o fim de localidades sem essa mínima condição de higiene.

A questão de ser a residência própria ou não deixava os respondentes constrangidos, razão pela qual apresentaremos apenas o percentual de 81,2% informando residirem em casa própria.

Quanto à situação legal da residência, duas eram as opções: quitada ou financiada. Como falamos na questão anterior, o entrevistado que estivesse na situação de financiada acabava sentindo-se constrangido. Dessa forma, não inferiremos comentários sobre esse item.

Possui registro em cartório da residência? O custo e a burocracia (vide Lei 6.015, de 31/12/1973) são fatores para que 32% dos entrevistados morem sem possuir os imóveis registrados em cartórios de registro de imóveis (“*quem não registra não é dono*”, já diz o ditado). Por outro lado, 58,7% dos 225 respondentes válidos desta questão têm suas residências devidamente registradas. Simplificar o processo (obviamente barateando-o) tornaria possível às 72 pessoas “dormirem” mais tranquilas.

Pela média nacional do IBGE (PNAD, 2009), em cada residência vivem, em média, 3,1 pessoas por família. Nos respondentes da EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® 57,3% (159) estavam situados entre 3 e 5 pessoas. 23 pessoas (8,3%) moravam ou sozinhas ou com mais uma pessoa, e o restante (34,4%) moravam com 6 ou mais pessoas.

Quanto à acessibilidade à rede mundial de computadores, 2/3 das pessoas entrevistadas não possuíam computador com acesso à internet em casa. Comparativamente ao IBGE (PNAD, 2009) esse percentual é praticamente o mesmo (nessa pesquisa pública 31,5% das famílias possuíam computador com acesso à internet). A pesquisa NIC.br abaixo (tabela 18) esclarece ainda mais esse item, detalhando o acesso por região, renda familiar e classe social.

Tabela 18 – Proporção de Domicílios com Acesso à Internet¹
 Percentual sobre o total de domicílios²

| Percentual (%) | | Sim | Não |
|----------------------------|----------------|---------------------------|-----|
| TOTAL BRASIL | | 27 | 73 |
| ÁREA | URBANO | 31 | 69 |
| | RURAL | 6 | 94 |
| REGIÕES DO PAÍS | SUDESTE | 36 | 63 |
| | NORDESTE | 11 | 89 |
| | SUL | 30 | 70 |
| | NORTE | 14 | 86 |
| | CENTRO-OESTE | 33 | 67 |
| | RENTA FAMILIAR | Até 1 Salário Mínimo (SM) | 3 |
| | 1 SM- 2 SM | 13 | 87 |
| | 2 SM- 3 SM | 30 | 69 |
| | 3 SM- 5 SM | 48 | 51 |
| | 5 SM- 10 SM | 70 | 30 |
| | 10 SM ou mais | 86 | 14 |
| CLASSE SOCIAL ³ | A | 90 | 10 |
| | B | 65 | 34 |
| | C | 24 | 76 |
| | D | 3 | 97 |

Fonte: NIC.br- set/nov 2010

1. Considerado somente o acesso à internet via computador de mesa (desktop) ou computador portátil (laptop ou notebook).
2. Base ponderada: 23.107 domicílios entrevistados.
3. O critério utilizado para classificação leva em consideração a educação do chefe da família e a posse de uma série de utensílios domésticos, relacionando-os a um sistema de pontuação. A soma dos pontos alcançados por domicílio é associada a uma classe socioeconômica específica (A, B, C, D, E).

Também mais uma vez pelo trajeto realizado, onde se sente ainda um “machismo” enorme, 84,1% dos entrevistados responderam que os chefes de família eram os homens (mesmo que o provedor não o seja).

A possibilidade de se conseguir financiamento para a aquisição da casa própria (incluída nesse item habitação) não foi feita no acesso a serviços financeiros em virtude do programa governamental “Minha Casa, Minha Vida”. Esse programa leva o crédito imobiliário às famílias, ou seja, é pró-ativo em relação à demanda existente. Mesmo assim 2/3 dos entrevistados responderam que não conseguem esse crédito (há relação com a situação no mercado de trabalho – item 1.6 do bloco I Caracterização). Dos 242 respondentes, 44 (18,1%) não responderam (por não saberem se conseguiriam ou não o crédito – nunca haviam pleiteado-o) e 19,5% afirmaram que conseguem, sim, o crédito imobiliário.

9.8 Questões Secundárias

Essas questões, conforme comentado, não fizeram parte das pesquisas quantitativa e qualitativas, mas foram objetos de percepção pelos pesquisadores. Têm, assim, caráter ampliativo.

9.8.1 Faixa de Fronteira

“Implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira” (Diretrizes da Política de Defesa Nacional)

Como o trajeto percorreu, onde possível, toda a região oriental do Brasil, interessante faz-se comentar sobre a “Faixa de Fronteira”.

Essa região tem também sua regulamentação prevista na CF/88 que, em seu artigo 20, parágrafo 2º, rege “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”. Dentre outros instrumentos normativos, o Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980 considera a Faixa de Fronteira como área indispensável à Segurança Nacional.

Para se ter uma noção da importância dada a essa extensa região, os seguintes atos somente poderão ocorrer após consentimento prévio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional: alienação e concessão de terras públicas; abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação; construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades: pesquisa e lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais; colonização e loteamento rurais; transações com imóvel rural que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel e participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em

pessoa jurídica que seja titular de direito sobre imóvel rural. Nesse último caso, as seguintes condições devem ser preenchidas: Pelo menos 51% do capital pertencente a brasileiros; mínimo de 2/3 de trabalhadores brasileiros, dentre outros.

A figura 4 (anexa) mostra qual é e quantos municípios há nessa região, por onde a EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® passou sem incidentes (conforme roteiro constante na figura 2 anexa).

Além disso, contávamos com o apoio também do Exército Brasileiro (notadamente para pernoites em seus HTO's – Hotéis de Trânsito de Oficiais), com reforçada presença nessa faixa, que, em termos de segurança, oferece grandes riscos. A figura 5 (anexa) mostra como está dispersado geograficamente o Exército Brasileiro em todo o território nacional.

9.8.2 Condições das Rodovias

“Um dia é preciso parar de sonhar e, de algum modo, partir” (Amyr Klink)

Quanto às condições das rodovias brasileiras, outra realidade aos pesquisadores foi apresentada. Dos 36 mil quilômetros percorridos, pode-se afirmar que 70% foram em estradas asfaltadas, e, destas, 90% tinham o **piso/pavimento** (grifo nosso) em ótimo ou mesmo excelente estado de conservação. A CNT (Confederação Nacional do Transporte), em sua pesquisa sobre as condições das rodovias brasileiras no ano de 2010, de acordo com a tabela que segue, detectou que em 86,9% dos 90.945 quilômetros pesquisados o pavimento era ótimo, bom ou, no mínimo, regular.

Tabela 19 – Condição do Pavimento das Rodovias Brasileiras

| PAVIMENTO | 2010 | |
|-----------|--------|------|
| | Km | % |
| Ótimo | 40.471 | 44,5 |
| Bom | 8.738 | 9,6 |
| Regular | 29.810 | 32,8 |
| Ruim | 9.706 | 10,7 |
| Péssimo | 22.220 | 2,4 |
| Total | 90.945 | 100 |

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias

Em várias estradas percorridas havia, certamente, um tráfego bastante elevado, o que tornou a viagem, em alguns momentos, mais desgastante. Assim, conforme a referida pesquisa da CNT citada, 74,6% das estradas brasileiras apresentam estado geral também entre ótimo, bom ou regular (tabela 20 anexa).

Aqui cabe uma dúvida que não nos foi possível elucidar, mesmo através de muitas consultas aos sites públicos (Detran, Denatran e Polícia Rodoviária Federal). O artigo 219 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro) estabelece multa por “*transitar com o veículo em velocidade inferior à metade da velocidade máxima da via*”. Quantas multas



referentes a este artigo foram aplicadas no Brasil desde a promulgação da referida lei (23/09/1997)?

Essa dúvida retrata duas realidades brasileiras:

- a) há “leis que pegam, e leis que não pegam”;
- b) às autoridades públicas compete aplicar a lei da forma que melhor lhe aprouver. Esse caso demonstra claramente como a interação entre usuários e legisladores é falha.

Normalmente quem trafega nas condições desse artigo está:

- a) com excesso de carga (o que prejudica a via);
- b) com veículo em condições não ideais (precárias); ou c) ambos os casos. E por que as autoridades não fiscalizam? Por que só se aplicam multas referentes ao artigo 220 do CTB, que são as derivadas de excesso de velocidade? Mais um caso de corrupção (que não precisa ser ostensiva, pode ser velada)?

9.8.3 Evento Esportivo de 2014 (Copa do Mundo)

“A arte da previsão consiste em antecipar o que irá acontecer e depois explicar por que não aconteceu” (Paulo Buchsbaum)

O Brasil está se preparando para receber em 2014 o maior evento esportivo já realizado em nosso território: a Copa do Mundo FIFA de futebol.

Doze cidades (capitais estaduais) sediarão os jogos:

Figura 6 – Cidades (capitais estaduais) Sedes da Copa do Mundo FIFA 2014



Fonte: http://www.copa2014.turismo.gov.br/copa/guia_sedes

Com exceção de Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ) e Curitiba (PR), a EXPEDIÇÃO BORDAS DO BRASIL® passou por todas as outras nove cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014.

Serão realizados investimentos totais da ordem de R\$ 24.173,30 milhões, conforme tabela 21 (anexa).

Duas cidades chamaram bastante a atenção dos pesquisadores quando por lá passamos: Cuiabá (MT) e Manaus (AM). A primeira tem investimentos orçados da ordem de R\$ 1.022,90 milhões, enquanto a segunda R\$ 2.468,70 milhões.

Inúmeros estudos têm sido feitos pesquisando a viabilidade de tais investimentos. Porém, especificamente nestas duas cidades, onde a mobilidade interna no Brasil as compromete, aliado a uma ainda deficiente estrutura turística, a questão que se levanta é: serão mesmo necessários tão vultosos investimentos nessas cidades? Quais benefícios **a população** (grifo nosso) desses dois estados terá pós Copa? Sem demérito aos times estaduais, finda a Copa (que dura “apenas” um mês) haverá partidas no Estádio Vivaldo Lima (“Vivaldão”) entre “Princesa do Solimões *versus* Penarol”. Quais outros eventos ocorrerão nesses estádios dessas duas capitais?

Na atual (2011) 1ª Divisão do Futebol brasileiro há apenas dois times da região nordeste (onde quatro estádios estão sendo construídos e/ou reformados) e **nenhum** (grifo nosso) das regiões centro-oeste ou norte.

Para complementar, o acesso a Manaus se dá apenas por vias aérea ou fluvial, ou seja, o retorno do investimento naquela belíssima cidade justifica-se?

9.8.4 Percepção sobre Mudanças Climáticas

“Derruba-se florestas e, depois, cultiva-se plantas dentro de casa” (Max Nunes)

A mídia tem nos alertado insistentemente sobre as mudanças provocadas pelo homem à natureza. Exemplos de aquecimento, de degelo, de inundações, de secas que antes não havia chegam diariamente. Estudos e investimentos vultosos vêm sendo desenvolvidos em praticamente todos os países do mundo, com o intuito de preservar (o que ainda nos é possível) do meio ambiente (cuja definição, no ordenamento jurídico brasileiro, dá-se através do inciso I do Art. 3º da Lei 6.938, de 31/08/1981): “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas suas formas”.

O que se buscou identificar foi, para o cidadão comum, quais seus sentimentos em relação à efetiva percepção acerca das mudanças climáticas. Dessa forma, foram feitas duas perguntas, que obtiveram as seguintes respostas a seguir.

Questionados sobre a existência (ou não) de algum indício de mudança climática na cidade (por exemplo, um rio mais baixo, ou acima do normal, marés mais altas, ou mais baixas, estiagem maior, enchentes mais fortes, temperaturas mais elevadas), houve praticamente um “empate” entre os respondentes que perceberam mudanças (44,8%) e aqueles para os quais não houve nada significativo em relação ao meio ambiente em que vivem (50,9%). A percepção dos pesquisadores foi que na região litorânea essa percepção é mais fácil, pois os impactos acontecem de forma mais “visível”. Na região amazônica, por exemplo, as mudanças não são tão sentidas, pois o gigantismo (da floresta, dos rios, da força das chuvas e do termômetro) faz parte do cotidiano de gerações praticamente da mesma forma.

Sendo percebida alguma mudança climática, qual a causa? Por exemplo, alguma empresa poluidora na região, alguma atividade agropecuária que tenha alterado o ambiente local, dentre outras. O que mais obtivemos de resposta foram “outros”, que indicavam mudanças de temperatura. Dadas as regras ambientais vigentes no Brasil atualmente (e, novamente, sob revisão com o projeto do “Novo Código Florestal” – Projeto de Lei 1.876/1999, em trâmite no Congresso Nacional), há uma manutenção das áreas onde vivem os respondentes, ou seja, há poucas alterações no uso e ocupação do solo, razão pela qual a manutenção na percepção do clima é tão significativa.

Um cruzamento de dados bastante interessante que houve foi a percepção de mudanças climáticas em relação à faixa etária. À medida que a idade aumenta, obviamente, as mudanças são mais perceptíveis. Na faixa etária entre 16 a 29 anos apenas 31,5% dos entrevistados perceberam mudanças significativas. Na faixa seguinte (de 30 a 49 anos), esse percentual chega a 49,5%. Para as pessoas com mais de 50 anos, as mudanças são significativas para 54,7%. Percebemos, dessa forma, que, sim, a natureza está sendo

modificada e que precisamos urgentemente fazer algo, antes que seja por demasiado tarde.

9.8.5 Empreendedorismo Feminino

O conceito de empreendedorismo adotado pelo GEM (2010) compreende como toda e qualquer atividade que tenha atributos para o esforço autônomo e que envolva a organização dos recursos da empresa, ou seja, é qualquer tentativa de criar um novo negócio, podendo ser: atividade autônoma, nova empresa, expansão de um empreendimento já existente. A iniciativa para tal feito pode ser de um indivíduo, grupo ou por empresas já estabelecidas.

Partindo do conceito acima, a pesquisadora Cynthia De Filippo Menicucci realizou uma entrevista qualitativa (não é foco desse estudo) e uma entrevista quantitativa sobre empreendedorismo com as mulheres indicadas por pessoas aleatórias, que se encontravam na praça principal da cidade, no momento da chegada dos pesquisadores.

Da parte quantitativa extraímos as seguintes conclusões:

Mais da metade das mulheres empreendedoras atua no setor terciário (comércio ou serviço): 47,10%. Artesanato ocupa 50% delas e apenas 2,9% estão na indústria. E estão há bastante tempo no que fazem: apesar de haver negócio de 1950, 41,10% das entrevistadas são empreendedoras a partir de 2000 (a idade média dos empreendimentos é de 24 anos). Mesmo estando há tanto tempo trabalhando, como todas empreendedoras, as entrevistadas trabalham bastante: 26,5% mais de 12 horas diárias; 17,6% até 12 horas por dia; 41,20% até 8 horas e apenas 14,7% delas trabalham até 6 horas por dia. De qualquer forma, apenas 2 das 34 entrevistadas disse que o trabalho desempenhado não tem o mesmo reconhecimento que o trabalho de um homem.

Essa rotina, além de extrema, conta com pouco apoio: mais da metade delas trabalha sozinha (58,8%). Outras 26,5% têm até 5 colaboradores e as demais 14,6% têm acima de 6 funcionários. Uma delas tem mais de 51 colaboradores. A metade das empreendedoras trabalha com a família (50%). Outras 38,2% recorrem a pessoas da própria região onde empreendem, 5,9% delas utilizam-se de amigas e 8,8% utilizam outras fontes de colaboradores.

Normalmente não desenvolvem suas atividades de forma exclusiva nas localidades: 64,7% delas têm “competidoras” locais, ou seja, outras mulheres que prestam o mesmo serviço (ou confeccionam o mesmo artesanato ou possuem a mesma indústria naquela mesma região).

Em essência o motivo para a abertura dos negócios é econômico-financeiro. Para 44,10% delas serviu para aumentar a renda familiar e para outras 14,7% por separação do cônjuge (totalizando 58,8%). 11,8% delas herdaram o negócio, 8,8% tornaram-se empreendedoras para terem autonomia, 8,8% por realização pessoal, 2,9% para flexibilizarem seus horários de vida e para 5,9% por outros motivos.

Apesar da necessidade financeira, são as empreendedoras acanhadas (ou despreparadas): 82,4% delas obtêm os recursos necessários às atividades através do próprio negócio. Outras parcerias e instituições financeiras são fonte para 3 delas.

Para 12 delas o benefício que o negócio trouxe é ser um atrativo turístico (para a região, a cidade ou mesmo o bairro onde moram e trabalham). Outras 10 consideram que houve melhora no padrão de vida delas e da comunidade onde vivem, 5 acreditam que houve desenvolvimento econômico e 7 acreditam em outros benefícios.

O progresso tecnológico já chegou para 2/3 delas, pois utilizam produtos industrializados em seus empreendimentos. 17,6% delas mesclam produtos industrializados com naturais e apenas 20,6% delas utilizam apenas produtos naturais. 11,8% utilizam, ainda, produtos apenas da região.

Os resultados mostraram que as mulheres iniciam seu negócio em virtude da necessidade financeira, quer pela falta do cônjuge, quer para auxiliar na criação dos filhos. Em busca da sobrevivência e para proporcionar melhor condição financeira para a família, elas encaram todo tipo de desafio, identificam oportunidades nas mais diferentes áreas e transformam um sonho em um negócio lucrativo.

A pesquisa demonstrou que o negócio das mulheres empreendedoras tem inclinação para a informalidade, a baixa necessidade de recursos financeiros na abertura e por um processo simples de estruturação e sobrevivem muito mais pela garra do que pelo conhecimento e planejamento realizado antes da abertura da empresa. No entanto, tem conseguido prosperar e consolidar no mercado onde estão inseridas.

10. Considerações Finais

Ampliando-se o escopo das questões sociais e econômicas da sustentabilidade, e mensurando-as in loco literalmente por todo o Brasil, percebemos que, apesar dos consideráveis avanços, os desafios precisam ser encarados com maior firmeza.

Nossa população está-se alterando significativamente. Estamos mais “velhos” do que éramos a duas gerações anteriores. Há tantas mulheres quanto homens, não apenas nas estatísticas, mas no mercado de trabalho, nas empresas, e nas universidades já superaram a população masculina. Gradativamente viemos alterando nossas crenças religiosas, aumentando, inclusive, o percentual de ateus (ou sem nenhuma religião). Temos cada vez menos filhos, mas não estamos estudando mais. Estagnamos a quantidade de brasileiros (as) empregados formalmente, mas amplia-se cada vez mais aqueles(as) que empreendem (principalmente estas últimas). Ainda engatinhamos no oferecimento de saúde.

Temos escolas, transporte escolar, biblioteca e sala de informática em praticamente todos os municípios brasileiros. Poucas escolas ainda não estão conectadas à internet. Mas falta-nos qualidade dentro de sala. Além disso, a oferta de estudo limita-se ao ensino médio. Não estamos preparados, nem em infraestrutura (ou seja, fisicamente), nem tampouco (ou muito menos) em capacidade de cursos superiores. Há uma

defasagem enorme nesse campo: há poucas possibilidades de cursos nas fronteiras brasileiras, e de complicados acessos. Repensar a opção de se construírem campi públicos e redistribuir as vagas nas ociosas universidades particulares, sob a forma de bolsas estudantis, atendendo a todos (iniciativa privada e, principalmente, aqueles que desejam estudar).

Mesmo com uma crise pairando sobre os Estados Unidos da América e Europa (e, conseqüentemente, sobre todo o mundo globalizado), há ofertas de trabalho por todo o território nacional. Apesar de teóricos proclamarem falta de qualificação dos trabalhadores brasileiros, oportunidades há, para quem desejar.

A oferta pública de saúde no país está no “CTI”, em estado terminal, demandando vigília constante, remédios seguidos (leia-se investimentos), mas pouco progredindo. Talvez o medicamento não seja o correto, apesar da dosagem. Em outras palavras, recursos talvez não seja o problema, mas a gestão destes. Rever a estratégia de que cada município, vila, distrito tenha seu hospital e criar pólos regionais. Reforçar tanto o PSF (Programa de Saúde da Família) como os Postos de Saúde.

Levar energia elétrica para todos, nos mais distantes rincões do país, mesmo que aqueles que a receberem não tiverem condições de pagar por ela, de adquirir produtos para dessa energia usufruírem é uma forma de aumentar a segregação. Não basta a energia: há que se ter ruas e estradas, rede de esgoto e água tratada, uma estrutura mínima de construção das habitações, para dar dignidade às moradias. Não é o que se vê pelas bordas brasileiras. Infelizmente.

Prover a população de serviços financeiros não é mais um desafio difícil, pois a capilaridade das instituições financeiras existe em praticamente todas as cidades brasileiras. A questão é: o que ofertar à esse povo que nada conhece do mundo financeiro, nem o mais elementar? E mais: ofertar crédito à essa população já sofrida financeiramente, com o custo do dinheiro que temos no Brasil, ajudará ou será mais um problema a ser administrado?

Prédios imponentes e linguajar retórico afugentam o cidadão médio, que mais precisa da justiça. O fosso que há entre a necessidade e o atendimento do sistema jurídico nacional é colossal. A presença física nas localidades não significa nem atendimento e, quando solicitada, a resposta às demandas da população é tão demorada (em termos de prazo) que o brasileiro prefere não buscar seus direitos. Esse problema não atinge apenas os cidadãos mais simples: empresas, de todos tamanhos, têm no Poder Judiciário não uma fonte de solução de problemas; ela própria é um dos maiores entraves ao desenvolvimento do Brasil.

O descrédito na política atingiu tamanho grau que alienação talvez não seja a melhor palavra para definir o sentimento dos brasileiros acerca do envolvimento nas questões dos poderes Legislativo e Executivo. Por obrigação comparecemos às urnas a cada dois anos, lembramo-nos em quem depositamos esperanças de melhorias no âmbito municipal, mas não acompanhamos o desenrolar das atividades das Câmaras Municipais nem tampouco dos Chefes do Poder Executivo local. Por isso a maior parte de nós não



percebe mudanças positivas em nossas localidades e ainda sempre suspeitamos das lisuras no trato do numerário público.

A percepção acerca de mudanças climáticas é algo ainda controvertido. Entrevistados de mais idade, obviamente, sentem mais eventuais alterações no meio ambiente onde vivem. Mas também essas mudanças são mais perceptíveis no litoral, e bem menos nas regiões limítrofes interiores do Brasil. Mas que existem e precisam ser seriamente discutidas não pairam dúvidas.

Já as mulheres empreendedoras é assunto dinâmico e contagiante. A emoção, a energia, a força de vontade de mulheres que, principalmente por questões financeiras tiveram que empreender, sem as mínimas noções dos desafios que devem ser diuturnamente tratados, é algo que contagia. Precisamos incentivá-las mais, oferecer a elas treinamento e fontes de recursos para que avancem, e levem consigo todo o país.

Assim, desafios é o que não nos faltam. Muito já avançamos, mas precisamos nos organizar mais e melhor, para tratarmos os problemas de formas mais diretas. Não podemos pensar sempre no curto prazo (mais especificamente, a cada dois anos, ou a cada eleição). Temos que preparar efetivamente nossa mocidade e juventude para a oportunidade que o Brasil tem agora, e com isso criarmos um país onde nossos anciões possam contemplar a grandiosidade dessa “Pátria Amada, Brasil”.



REFERÊNCIAS

BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERNARDES, Maria Elisa Brandão. PEDROSA, Rosângela. VIANA, Marcelle Carneiro Gama. Mulheres empreendedoras: por que precisamos conhecê-las melhor. *Revista DOM*. No 15, jul a out, 2011.

BOECHAT, Cláudio Bruzzi; PARO, Roberta Mokrejs. Desafios para a sustentabilidade e o planejamento estratégico das empresas no Brasil. Dados de pesquisa. Relatório de Pesquisa. Nova Lima: FDC, 2007.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel; SCHONS, Claudine; VIEIRA, Beatriz; Cunh, Cristiano José Castro de Almeida. *Desafios gerenciais das mulheres empreendedoras: como exercer a liderança em espaços de identidade masculina? O caso da Alpha Tecnologia*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição – Direito Constitucional Positivo*. 15ª ed. – Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CECHIN, Andrei. A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora SEANC São Paulo/Edusp, 2010.

DIANA, Marina. *Sem decisão do Supremo, SP e MS têm 2,9 milhões de processos parados*. Disponível em < <http://colunistas.ig.com.br/leisenegocios/2011/07/18/sem-decisao-do-supremo-sp-e-ms-tem-29-mil-processos-parados/> > Acesso em julho de 2011.

FARIAS, Talden. Introdução ao Direito Ambiental. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

FIALHO, Francisco Antônio Pereira. Gestão da Sustentabilidade na Era do Conhecimento. Florianópolis: Visual Books, 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Report on Women and Entrepreneurship 2010*. The Center for Women's Leadership. United States: Babson College. 2010.

GUERRA, Evandro Martins. *Os controles interno e externo da administração Pública*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.



IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), vol 29. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 2008. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

LAVILLE, Elisabeth. A empresa verde. São Paulo: OTE, 2009.

LIMA, Rogério Medeiros Garcia de. *Refletindo o Direito e a Justiça: Belo Horizonte*. TJMG, 2010

LOUETTE, Anne (org). Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade. 1ª ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. *Economia: fundamentos e aplicações*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MOCHÓN, Francisco. *Princípios de Economia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NÓBREGA, Mailson da. *O Brasil em Transformação*. São Paulo: Editora Gente, 2000.

PNUD. Criando Valores para Todos: Estratégias para Fazer Negócios com os Pobres. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007

STIGLITZ, Joseph E. *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMAS, Janet M., SCOTT, J. Callan. *Economia Ambiental: fundamentos, políticas e aplicações*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VEIGA, José Eli da (org). *Economia Socioambiental*. São Paulo: Editora SEANC São Paulo, 2009.

APÊNDICE:

Apêndice - Entrevista

| |
|---|
| Pesquisa – Bordas do Brasil Bloco 1 – Caracterização |
|---|

1.1 – Estado: _____

1.2 – Cidade: _____

1.3 – Nome: _____

1.4 - Faixa Etária

De 16 a 19 anos;

De 20 a 29 anos;

De 30 a 39 anos;

De 40 a 49 anos;

De 50 a 59 anos;

De 60 anos acima

1.5 – Estado Civil

Solteiro (a);

Casado (a);

Separado (a);

NS/NR

1.6 – O(A) sr.(a) tem filhos?

Sim;

Não **(1.8)**;

NR

1.7 – Se sim, quantos?

1;

2;

3;

4;

5;

Mais de 5;

NR

1.8 – Qual a sua religião? **(Espontânea)**

Católico;

Evangélico;

Espírita;

Nenhuma;

NS/NR;

Outros

1.9 – Estudou até que série?

Analfabeto;

1º Grau incompleto;

1º Grau completo;

2º Grau incompleto;

2º Grau completo;

Superior incompleto;

Superior completo;

NR

1.10 – Situação no mercado de trabalho: **(Estimulada) (Mais de uma opção)**

Assalariado c/ carteira assinada;

Funcionário público ;

Autônomo;
Desempregado;
Empregado precário/bico;
Apos./pension.;Empregador/empresário;
Nunca trab.;NS/NR/NL;
Outros

1.11 - Tem negócio próprio?

Sim;
Não **(2.1)**;
NS/NR **(2.1)**

1.12 - Formal ou informal? **(Estimulada)**

Formal;
Informal;
NS/NR

Bloco 2 – Educação e Renda

Qualidade da Educação Básica

2.1 – Aqui na cidade o(a) senhor(a) conhece alguma escola pública?

Sim;
Não **(2.6)**;
NS/NR **(2.6)**

2.2 - Há biblioteca nessa escola? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

2.3 - Há sala de informática nessa escola? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

2.4 - Há acesso à internet nessa escola? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

2.5 – Qual o percentual de professores(as) mulheres nas escolas? **(Estimulada)**

Há mais mulheres do que homens;
Há mais homens do que mulheres;
Há a mesma quantidade de homens e mulheres;
NS/NR

2.6 - Se não, onde é a escola pública mais próxima? **(Estimulada)**

Até 20 quilômetros;
Entre 21 e 50 quilômetros;
Mais de 50 quilômetros;
NS/NR

2.7 - Como os alunos vão para a aula? **(Estimulada)**

À pé;
Bicicleta;
Ônibus;
Transporte público gratuito;
NS/NR;
Outros

2.8 - Há faculdade na cidade?
Sim, particular apenas **(2.10)**;
Sim, pública apenas **(2.10)**;
Sim, particular e pública **(2.10)**;
Não;
NS/NR

2.9 - Se não, onde é a faculdade mais próxima? **(Estimulada)**
Até 20 quilômetros;
Entre 21 e 50 quilômetros;
Mais de 50 quilômetros;
NS/NR

Oportunidade de Trabalho e Renda

2.10 – Qual a quantidade de ofertas de trabalho na cidade? **(Estimulada)**
Alta;
Média;
Baixa;
NS/NR

2.11 - Em qual setor se dão essas ofertas? **(Estimulada) (Mais de uma opção de resposta)**
Agricultura;
Comércio e serviços;
Indústria;
NS/NR;
Outros

2.12 - As oportunidades de trabalho são equivalentes para homens e mulheres?
Sim;
Não;
NS/NR

2.13 - Existem mulheres empreendedoras na cidade?
Sim;
Não;
NS/NR

Bloco 3 – Aspectos Econômicos

Demografia - Saúde

3.1 - Existe hospital público na cidade?
Sim **(3.3)**;
Não;
NS/NR **(3.3)**

3.2 - Se não, onde é o hospital público mais próximo em quilômetros? **(Estimulada)**
Até 20 quilômetros;
Entre 21 e 50 quilômetros;
Mais de 50 quilômetros;
NS/NR

3.3 - Existe posto de saúde?
Sim **(3.5)**;
Não;
NS/NR **(3.5)**;

3.4 - Se não, onde é o posto de saúde público mais próximo em quilômetros? **(Estimulada)**
Até 20 quilômetros;
Entre 21 e 50 quilômetros;
Mais de 50 quilômetros;
NS/NR

3.5 - Há farmácias na cidade?

Sim;

Não;

NS/NR

3.6 - Como se dá a aquisição de medicamentos? **(Estimulada)**

Recursos próprios – particularmente;

Distribuição pública;

NS/NR

3.7 - Há atendimento médico privado na cidade?

Sim;

Não;

NS/NR

3.8 - Há PSF (Programa Saúde da Família) na cidade?

Sim;

Não;

NS/NR

Demografia – Habitação

3.9 - Há “favelas” na cidade?

Sim;

Não;

NS/NR

3.10 - Há saneamento básico na cidade?

Sim;

Não;

NS/NR

3.11 – A sua residência é própria?

Sim – familiar;

Não **(3.14)**;

NS/NR **(3.14)**;

3.12 – Se for sim, qual a situação da residência? **(Estimulada)**

Quitada;

Financiada;

NS/NR

3.13 – Possui registro em cartório da residência? **(Estimulada)**

Sim;

Não;

NS/NR

3.14 Quantas pessoas moram na sua residência? **(incluindo o respondente)**:

0;

1;

2;

3;

4;

5;

6;

7;

8;

9;

10;

Mais de 10;

NR

3.15 – Tem computador com acesso à internet em casa? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

3.16 - Quem é o chefe da sua família? **(Estimulada)**

Homem;
Mulher;
NS/NR

3.17 – Consegue financiamento para comprar a casa própria?

Sim;
Não;
NS/NR

Acesso a Serviços Financeiros

3.18 - Há agência bancária na cidade?

Sim;
Não;
NS/NR

3.19 – Caso possua conta em agência bancária, quem gerencia esta agência? **(Estimulada)**

Homem;
Mulher;
NS/NR

3.20 - Há correspondentes bancários na cidade, a exemplo de Agências Lotéricas e Banco Postal?

Sim;
Não;
NS/NR

3.21 – Se precisar de dinheiro, consegue emprestado sem ser com a família?

Sim;
Não **(4.1)**;
NS/NR **(4.1)**

3.22 - Como é oferecido o crédito? **(Estimulada) (Mais de uma opção de resposta)**

Através do banco;
Através da cooperativa de crédito;
Através do correspondente bancário;
Através das lojas (“Casas Bahia”);
NS/NR;
Outra

3.23 - Que modalidade de crédito lhe é oferecida? **(Estimulada) (Mais de uma opção de resposta)**

Crédito consignado;
Cartão de crédito;
Cheque especial;
Crédito ao consumo (“Casas Bahia”);
NS/NR;
Outra

Bloco 4 – Justiça e Cidadania

Acesso à Justiça

4.1 - Conhece seus direitos de cidadão, trabalhador e consumidor? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
Em parte;
NS/NR

4.2 - Tem acesso a documentos (códigos, Constituição) ligados ao Direito? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

4.3 - Há instalação física do Fórum, Defensoria Pública ou Ministério Público na cidade? **(Estimulada)**

Sim; **(4.5)**;
Não
NS/NR

4.4 - Se não, onde é a mais próxima em quilômetros? **(Estimulada)**

Até 20 quilômetros;
Entre 21 e 50 quilômetros;
Mais de 50 quilômetros;
NS/NR

4.5 - Há advogado particular na cidade? **(Estimulada)**

Sim;
Não **(4.7)**;
NS/NR **(4.7)**

4.6 – Se sim, você consultou com o advogado privado? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

4.7 - Já utilizou alguma vez a justiça (já teve alguma demanda judicial)? **(Estimulada)**

Sim;
Não **(4.9)**;
NS/NR

4.8 - De que tipo foi essa demanda? **(Estimulada)**

Trabalhista;
Penal;
Cível;
NS/NR

4.9 - Você consegue tirar seus documentos, a exemplo de carteira de identidade, título de eleitor, cidade? **(Estimulada)**

Sim;
Não **(4.11)**;
NS/NR **(4.11)**;

4.10 - Se houver obstáculo, qual a distância precisa percorrer para tirar seus documentos em quilômetros? **(Estimulada)**

Até 20 quilômetros;
Entre 21 e 50 quilômetros;
Mais de 50 quilômetros;
NS/NR

Sistema Político

4.11 - Lembra-se em qual partido político votou na última eleição para prefeito?

Sim;
Não;
NS/NR

4.12 - O prefeito é homem ou mulher?

Homem;
Mulher;
NS/NR

4.13 - Há alguma mulher de destaque na política local?

Sim;
Não;
NS/NR



4.14 - Acompanha as atividades da Câmara Municipal e da Prefeitura? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

4.15 - Houve alguma melhoria na qualidade de vida com a atual gestão executiva municipal (prefeito)? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

4.16 - Já ouviu algum indício de irregularidade na gestão pública do município? **(Estimulada)**

Sim;
Não;
NS/NR

Bloco 5 – Mudanças Climáticas

5.1 - Há algum indício de mudança climática na cidade? (Por exemplo, um rio mais baixo, ou acima do normal, marés mais altas, ou mais baixas, estiagem maior, enchentes mais fortes, temperaturas mais elevadas).

Sim;
Não **(5.3)**;
NS/NR **(5.3)**

5.2 - Se a resposta anterior foi positiva, há alguma “causa” local? (Por exemplo, alguma empresa poluidora na região, alguma atividade agropecuária que tenha alterado o ambiente local, etc). **(Estimulada)**

Empresa poluidora na região;
Desmatamento;
Queimadas;
NS/NR;
Outros

5.3 - Sexo

Masculino **(encerra)**;
Feminino

5.4 - A senhora é empreendedora, ou seja, a senhora produz e vende algo? **(Estimulada)**

Sim;
Não **(encerra)**;
NS/NR **(encerra)**

Bloco 6 – Empreendedorismo Feminino

6.1 - Área de atuação **(Estimulada)**

Artesanato;
Comércio ou serviço;
Indústria;
NS/NR;
Outros

6.2 – Ano de início do negócio: _____

6.3 - Motivo da abertura do negócio **(Estimulada)**

Autonomia;
Flexibilidade de Horário;
Realização Pessoal;
Aumento da Renda Familiar;
Separação do Cônjuge;
Mercado de Trabalho Ruim;
Baixo Salário no Mercado;
Herança Familiar;
NS/NR;
Outros

6.4 - Quantas horas você trabalha por dia? **(Estimulada)**

4 horas por dia;
6 horas por dia;
8 horas por dia;
12 horas por dia;
acima de 12 horas por dia

6.5 – Qual o número de funcionários/colaboradores na sua empresa? **(Estimulada)**

Nenhum;
Até 5;
Entre 6 e 10;
Entre 11 e 20;
Entre 21 e 50;
Acima 51;
NS/NR

6.6 - Como obtém os recursos financeiros necessários para o seu negócio? **(Estimulada)**

Amigos;
Parentes;
Instituições Financeiras;
Outras Parcerias;
Do próprio negócio
NS/NR

6.7 – Há outro negócio igual ao seu na cidade?

Sim;
Não;
NS/NR

6.8 - Quais benefícios você acredita que seu negócio trouxe para sua comunidade/bairro/município? **(Estimulada)**

Benefício ao Meio Ambiente;
Desenvolvimento Econômico;
Melhoria no padrão de vida da comunidade;
Atrai mais turistas
NS/NR;
Nenhum desses

6.9 - Seu trabalho é tão reconhecido quanto o trabalho do homem?

Sim;
Não
NS/NR

6.10 - No seu negócio você utiliza: **(Estimulada) (Mais de uma opção de resposta)**

Material reciclado;
Produtos naturais;
Produtos da região;
Produtos industrializados;
Misturo industrializados e naturais;
NS/NR;
Nenhuma dessas

6.11 – Quem trabalha com você em seu negócio? **(Estimulada) (Mais de uma opção de resposta)**

Pessoas da família;
Pessoas da região;
Amigos;
NS/NR;
Nenhuma dessas



CITAÇÕES

1 – A definição de país em desenvolvimento ou desenvolvido é controversa e não científica. Considera-se, ainda, as “sub-categorias” em desenvolvimento (ou emergente) econômico e em desenvolvimento (ou emergente) social. Sob a ótica econômica pode-se afirmar que o Brasil já galgou o desenvolvimento. Resta-nos agora investir para tornarmos-nos socialmente justos.

2 – Segundo o IBGE, atualmente 84% da população brasileira vive em zonas urbanas. No sudeste esse percentual é ainda maior – 92,2%. Vide tabela 22 (anexa).

ANEXOS

Tabela 3: Despesas da União com Pessoal

| Ano | Despesa da União com pessoal (R\$1.000.000) | | | |
|---------------------|---|---------------|---------------|----------------|
| | Total | Executivo | Legislativo | Judiciário |
| 2002 | 71.574,90 | 59.523,40 | 2.889,80 | 9.161,70 |
| 2003 | 78.490,60 | 64.777,80 | 3.487,50 | 10.225,30 |
| 2004 | 89.051,70 | 72.691,20 | 3.986,20 | 12.374,30 |
| 2005 | 94.068,70 | 76.839,30 | 4.409,80 | 12.819,60 |
| 2006 | 110.177,10 | 87.308,50 | 5.468,40 | 17.400,20 |
| 2007 | 121.272,00 | 96.727,00 | 5.621,10 | 18.923,90 |
| Δ% 2002/2007 | 77,27% | 62,50% | 94,52% | 106,55% |

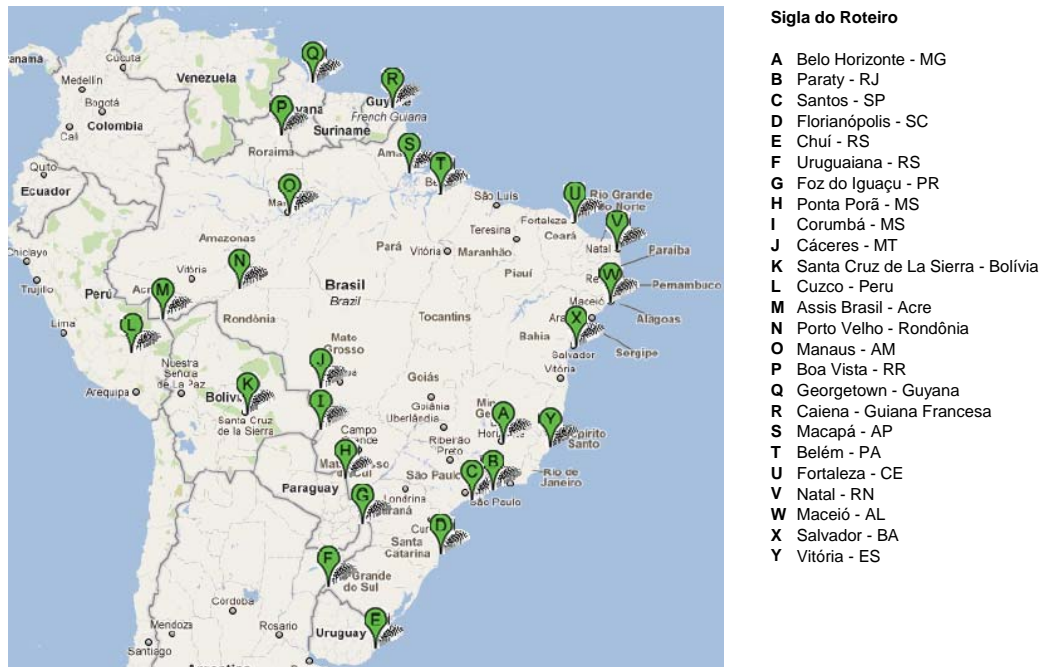
Fonte: Boletim estatístico de pessoal. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Recursos Humanos, v.13, n. 147, jul, 2008

Tabela 6 – Quantidade de Estabelecimentos de Saúde – Brasil

| Unidade da Federação | Estabelecimentos de saúde- todos | | | | Total |
|----------------------|----------------------------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| | Por Esfera Administrativa | | | | |
| | Federal | Estadual | Municipal | Privada | |
| Rondônia | 2 | 24 | 507 | 911 | 1.444 |
| Acre | 2 | 69 | 266 | 286 | 623 |
| Amazonas | 13 | 124 | 710 | 791 | 1.638 |
| Roraima | 19 | 43 | 184 | 126 | 372 |
| Pará | 10 | 90 | 2.424 | 2.139 | 4.663 |
| Amapá | 1 | 29 | 223 | 158 | 411 |
| Tocantins | - | 39 | 559 | 569 | 1.167 |
| Maranhão | 8 | 66 | 2.674 | 1.184 | 3.932 |
| Piauí | 2 | 52 | 1.595 | 1.082 | 2.731 |
| Ceará | 5 | 108 | 2.953 | 5.251 | 8.317 |
| Rio Grande do Norte | 9 | 66 | 1.490 | 1.752 | 3.317 |
| Paraíba | 4 | 94 | 2.370 | 1.878 | 4.346 |
| Pernambuco | 6 | 99 | 3.167 | 3.345 | 6.617 |
| Alagoas | 2 | 42 | 1.235 | 1.166 | 2.445 |
| Sergipe | 2 | 32 | 784 | 1.950 | 2.768 |
| Bahia | 11 | 151 | 5.570 | 7.174 | 12.906 |
| Minas Gerais | 25 | 173 | 8.203 | 20.573 | 28.974 |
| Espírito Santo | 2 | 55 | 1.173 | 3.798 | 5.028 |
| Rio de Janeiro | 52 | 124 | 3.044 | 11.189 | 14.409 |
| São Paulo | 6 | 474 | 7.614 | 46.998 | 55.092 |
| Paraná | 9 | 110 | 3.447 | 15.191 | 18.757 |
| Santa Catarina | 4 | 66 | 2.620 | 9.261 | 11.951 |
| Rio Grande do Sul | 37 | 75 | 3.514 | 14.059 | 17.685 |
| Mato Grosso do Sul | 6 | 24 | 874 | 2.463 | 3.367 |
| Mato Grosso | 1 | 53 | 1.449 | 2.644 | 4.147 |
| Goias | 8 | 52 | 2.097 | 4.496 | 6.653 |
| Distrito Federal | 9 | 227 | 12 | 5.944 | 6.192 |
| Total | 255 | 2.561 | 60.758 | 166.378 | 229.952 |

Fonte: Ministério da Saúde- Cadastro Nacional dos Estabelecimentos da Saúde do Brasil- CNES
Base: maio/2011

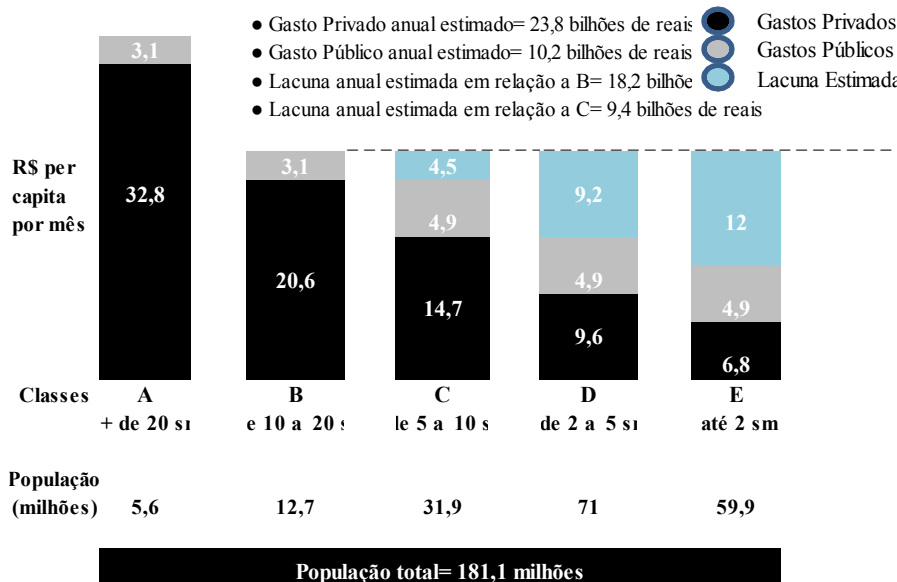
Figura 2 – Roteiro Percorrido



Fonte: adaptado de Google maps

Figura 3 – Acesso a Medicamentos

Estimativas do consumo e do acesso a medicamentos por classes de renda e o seu acesso, apontam para acentuadas discrepâncias



Fonte: IBGE- PNAD 2006 e POF 2002/2003

Tabela 12 – Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio com Acesso à Internet (1999 – 2005)

| Ano | Estabelecimentos de ensino | | | | | |
|------|----------------------------|-----------------------|--------------|--------|-----------------------|--------------|
| | Fundamental | | | Médio | | |
| | Total | Com acesso à internet | | Total | Com acesso à internet | |
| | | Total absoluto | Relativo (%) | | Total absoluto | Relativo (%) |
| 1999 | 183.448 | 6.030 | 3,3 | 18.603 | 4.103 | 22,1 |
| 2000 | 181.504 | 12.166 | 6,7 | 19.456 | 6.764 | 34,8 |
| 2001 | 177.780 | 17.369 | 9,8 | 21.365 | 9.180 | 43 |
| 2002 | 172.508 | 21.413 | 12,4 | 22.533 | 11.204 | 49,7 |
| 2003 | 169.075 | 24.946 | 14,8 | 23.118 | 12.823 | 55,5 |
| 2004 | 166.484 | 30.090 | 18,1 | 22.918 | 14.474 | 63,2 |
| 2005 | 162.727 | 32.523 | 20 | 23.561 | 15.749 | 66,8 |

Fonte: Estabelecimentos de ensino. Ensino fundamental e ensino médio. Perfil: 1999-2005. In: INEP, EDUDATABRASIL

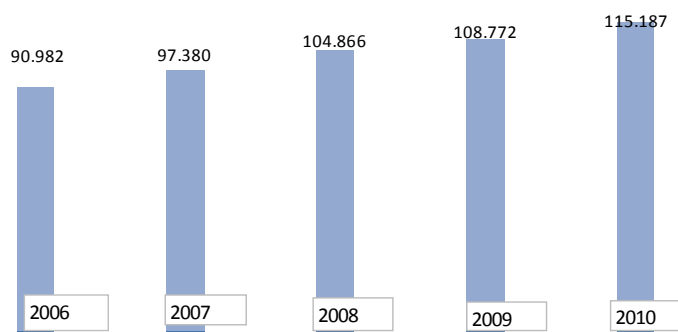
Tabela 14 – Instituições de Ensino Superior por Regiões

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Instituições de ensino superior, por categoria administrativa | | | | | | | |
|---|---|------------|------------|-----------|-----------|--------------|--------------|--|
| | Total | Pública | | | | Privada | | |
| | | Total | Federal | Estadual | Municipal | Total | Particular | Comunitária, Confessional e Filantrópica |
| Brasil..... | 2 270 | 248 | 105 | 83 | 60 | 2 022 | 1 583 | 439 |
| Norte..... | 135 | 18 | 13 | 4 | 1 | 117 | 99 | 18 |
| Nordeste..... | 412 | 63 | 26 | 19 | 18 | 349 | 304 | 45 |
| Sudeste..... | 1 093 | 109 | 42 | 37 | 30 | 984 | 725 | 259 |
| Sul..... | 387 | 40 | 14 | 19 | 7 | 347 | 260 | 87 |
| Centro-Oeste..... | 243 | 18 | 10 | 4 | 4 | 225 | 195 | 30 |

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior: Censo 2006. Brasília, DF: INPE, 2006

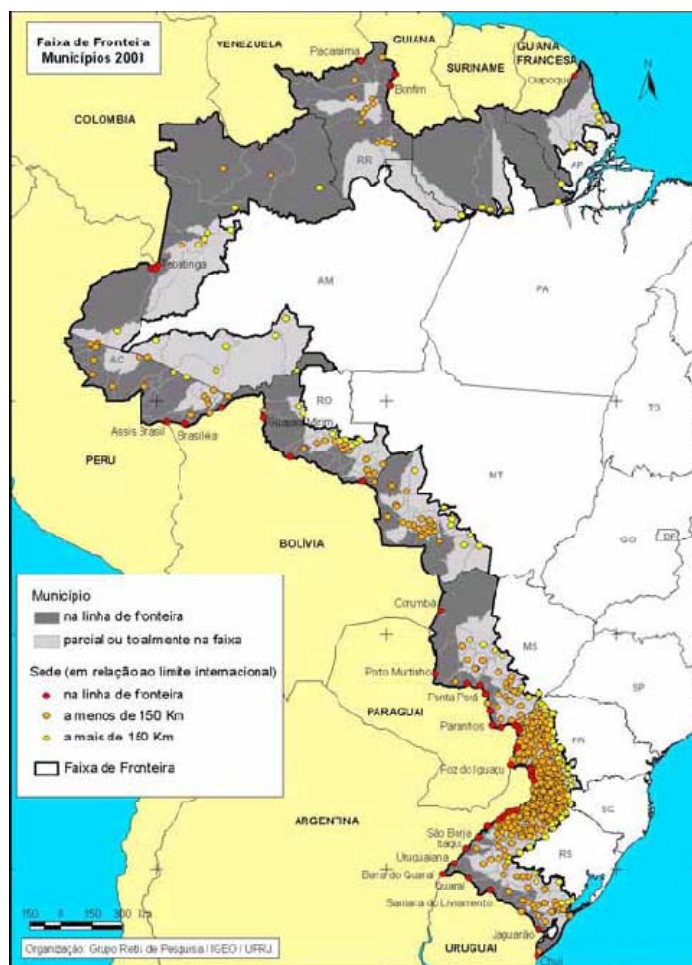
Tabela 17 – CPF's com relacionamento nas IF's

Pessoas (CPF's) com relacionamento ativo nas IF's (em milhares)



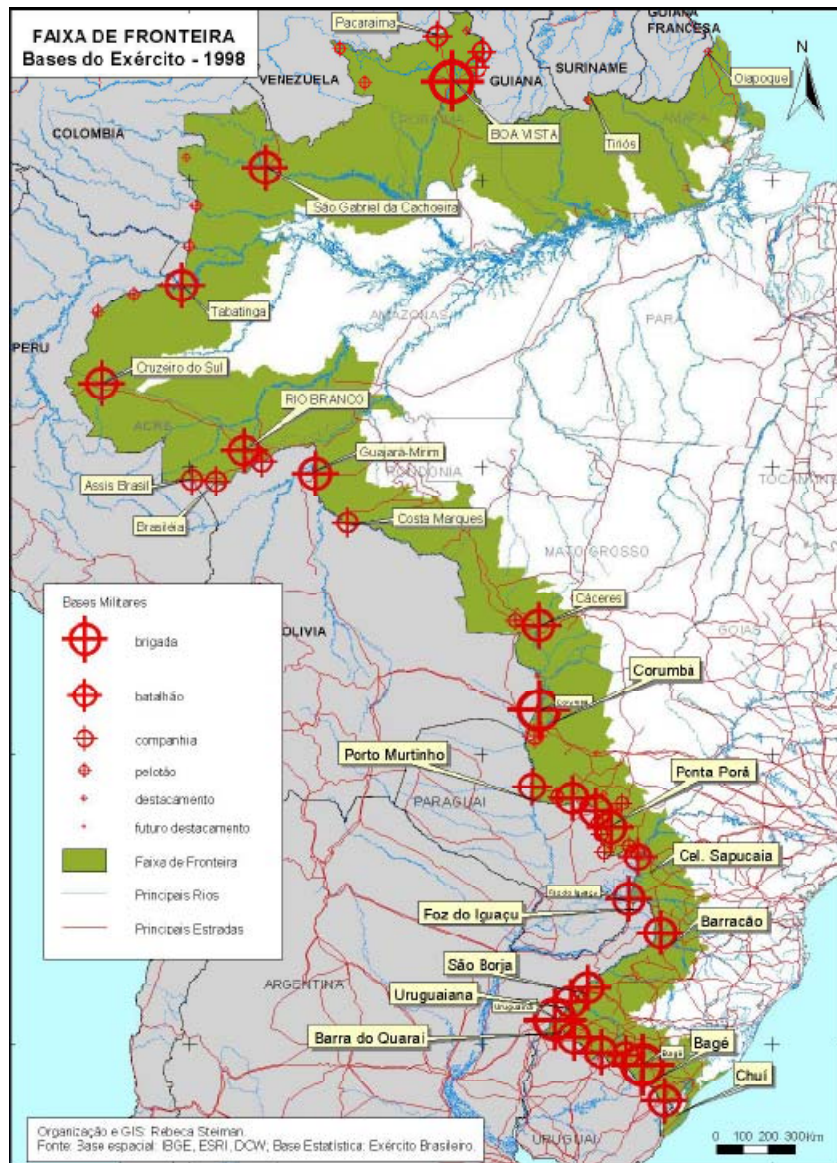
Fonte: IPEA, Banco Central e FEBRABAN

Figura 4 – Municípios da Faixa de Fronteira



Fonte: Organização Grupo Retis de Pesquisa IGEO/UFRJ

Figura 5 – Presença Geográfica do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira



Fonte: Base espacial: IBGE, ESRI, DOW- Base Estatística: Exército Brasileiro

Tabela 20 – Condições Gerais das Rodovias Brasileiras

| ESTADO GERAL | 2010 | |
|--------------|--------|------|
| | Km | % |
| Ótimo | 13.378 | 14,7 |
| Bom | 24.092 | 26,5 |
| Regular | 30.326 | 33,4 |
| Ruim | 15.858 | 17,4 |
| Péssimo | 7.291 | 8 |
| Total | 90.945 | 100 |

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias

Tabela 21 – Previsão de Investimentos para a Copa do Mundo FIFA 2014

| Investimentos | Financiamentos (R\$ milhões) | | Investimentos (R\$ milhões) | | | | Total (R\$ milhões) |
|----------------|---|---|--------------------------------|---------------------|----------------------|--------------|---------------------|
| | Governo Federal (Financiamento CAIXA) | Governo Federal (Financiamento BNDES) | Governo Federal | Governo Estadual | Governo Municipal | Outros | |
| Belo Horizonte | 1.023,30 | 400,00 | 408,60 | 29,60 | 498,70 | 254,50 | 2.614,70 |
| Brasília | 361,00 | 400,00 | 748,40 | 348,30 | 0,00 | 0,00 | 1.857,70 |
| Cuiabá | 454,70 | 330,00 | 87,50 | 150,70 | 0,00 | 0,00 | 1.022,90 |
| Curitiba | 440,60 | 25,00 | 72,80 | 6,90 | 52,00 | 113,00 | 710,3 |
| Fortaleza | 414,40 | 400,00 | 385,40 | 320,30 | 50,30 | 0,00 | 1.570,40 |
| Manaus | 800,00 | 375,00 | 416,80 | 846,90 | 30,00 | 0,00 | 2.468,70 |
| Natal | 361,00 | 250,50 | 630,60 | 119,20 | 30,40 | 0,00 | 1.391,70 |
| Porto Alegre | 484,40 | 0,00 | 345,80 | 0,00 | 40,50 | 130,00 | 1.000,70 |
| Recife | 678,00 | 397,10 | 41,60 | 224,20 | 102,20 | 0,00 | 1.443,10 |
| Rio de Janeiro | 0,00 | 1.590,00 | 1.001,30 | 200,00 | 420,00 | 0,00 | 3.211,30 |
| Salvador | 541,80 | 400,00 | 81,10 | 217,60 | 0,00 | 0,00 | 1.240,50 |
| São Paulo | 1.082,00 | 400,00 | 2.081,30 | 1.476,00 | 302,00 | 300,00 | 5.641,30 |
| Total | 6.641,20 | 4.967,60 | 6.301,20 | 3.939,70 | 1.526,10 | 797,5 | 24.173,30 |

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/matriz/> - acesso em 19/08/2011 às 17:43

Tabela 22 – Taxa de Urbanização da População Brasileira

| Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas | Taxa de Urbanização (%) |
|--|--------------------------------|
| Brasil | 84 |
| Norte | 77,9 |
| Nordeste | 72,8 |
| Sudeste | 92,2 |
| Sul | 83,2 |
| Centro-Oeste | 87,9 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009